

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2019

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE JULHO

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - *A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues e pelos Senhores Vereadores:*
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *José Miguel Romão Cunha*

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, muito bom dia a todos.

Vamos dar início à 2.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal que foi requerida pelo Executivo, ao abrigo da Lei, para tratar três assuntos. Um desses assuntos estava agendado na última Sessão da Assembleia Municipal, mas por questões legais teve de ser retirado, sendo hoje discutido e proposto a aprovação.

Posto isto, peço à Senhora Secretária que faça a chamada dos Senhores Deputados Municipais.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Feita a chamada, passo à ordem das restantes informações. Relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, em horário regular.

Quanto à Ata da 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, será presente a discussão e aprovação na próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realizará em setembro.

Relativamente à mobilidade desta Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *Luís José Herdeiro Mosqueiro* é substituído pela Senhora Deputada *Daniela Alexandra Alves Rodrigues*;

O Senhor Deputado *Carlos Luís Clemente Sousa* é substituído pela Senhora Deputada *Graciete Cláudia Alves Ramos*;

O Senhor Deputado *Nuno Miguel Silva Magalhães* é substituído pelo Senhor Deputado *Paulo Jorge Pereira Afonso*;

A Senhora Deputada *Lídia Maria Mota Noura* é substituída pelo Senhor Deputado *António Miguel Ralha Portugal*;

A Senhora Deputada *Fernanda Maria do Sacramento Mesquita* é substituída pelo Senhor Deputado *Pedro Ricardo Reis dos Santos*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Deputado e elemento da Junta de Freguesia *Hélder Armando Ruivo Castelo*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça *Duarte José Ruivo* é substituído pelo Senhor Deputado e elemento da Junta de Freguesia *Marcelino Santos Mesquita*.

Registo de Faltas.

Luís José Herdeiro Mosqueiro, Carlos Luís Clemente Sousa, Nuno Miguel Silva Magalhães, Lídia Maria Mota Noura, Fernanda Maria do Sacramento Mesquita, Joaquim António Morais Clemente, Duarte José Ruivo.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Luís José Herdeiro Mosqueiro*: Sessão de 26 de julho de 2019.
- *Carlos Luís Clemente Sousa*: Sessão de 26 de julho de 2019.
- *Nuno Miguel Silva Magalhães*: Sessão de 26 de julho de 2019.
- *Lídia Maria Mota Noura*: Sessão de 26 de julho de 2019.
- *Fernanda Maria do Sacramento Mesquita*: Sessão de 26 de julho de 2019.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 26 de julho de 2019.
- *Duarte José Ruivo*: Sessão de 26 de julho de 2019.
- *Jorge Augusto Pires*: Sessão de 26 de julho de 2019.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1.º Período de Intervenção do Público

1 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo duas inscrições do público.

----- A Senhora Múncipe *FERNANDA FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Vou dar início a intervenção dando os parabéns pela brilhante ideia de terem trazido a ópera a Mirandela. Há 15 anos atrás, tentava eu naquele mesmo palco fazer um espetáculo teatral e tive tantas resistências, 15 anos depois percebo que Mirandela se tornou, ou caminha para poder ser uma cidade de referência a nível cultural, os meus parabéns.

São iniciativas, mudanças como estas que me mantêm sempre atenta e com a capacidade de sonhar com um interior de Portugal melhor e em que os jovens e menos jovens se orgulhem de viver. E, sonhando mais alto, posso até dizer podermos ser uma referência a nível nacional, senão global.

Eu sou Fernanda Ferreira, e ao longo da minha vida tenho-me preocupado em aprender cada vez mais, embora a minha formação de base fosse Engenharia mecânica, desde que vim morar para Mirandela percebi que a minha vocação era muito mais a preocupação com pessoas e não com máquinas. Fiz então formação em Animação Sociocultural, sou Mentora da Criatividade, tenho formação em Gestão de Mudança e Engenharia Humana e neste momento estou a concluir a certificação internacional em Coaching, pela European Academy of Neurociences.

E assim, com base em tudo que já aprendi, venho aqui hoje trazer uma das minhas grandes preocupações.

Sei que este município se preocupa com as pessoas,

Mas entendo que preocupar com as pessoas deve ser de forma total, pessoal e integral, para assim contribuir para elevar o nível de consciência tendo em conta cada um, cada pessoa, nas suas múltiplas valências.

E, venho aqui hoje porque entendo que essa preocupação deve ser uma preocupação de todos e de cada um de nós, mas que o trabalho, para ser mais eficiente tem de ser top-down, como quem diz de cima para baixo. No sentido, como disse, de contribuir para elevar o nível de consciência e isso implica o reaprender a pensar.

E, reaprender a pensar porque as preocupações já não são as mesmas.

Vivemos num mundo global e em que os problemas da civilização nos levam a pensar no tipo de alimentação que é feita o que leva a problemas como a obesidade ou a carência de nutrientes, Falamos também dos químicos na alimentação e que poluem também as nossas águas, falamos do *stress* do dia-a-dia, que leva a que se as crianças passem mais tempo em escolas, atls e pouco tempo com os pais, já para não falar na falta de respeito pelo meio ambiente.

Tudo isso é potenciador de problemas sociais e de saúde graves, que nos devem preocupar e ao município em particular.

E quando falo no município, se mais não for, pelo menos nas atividades que são realizadas ou apoiadas pelo município e em que o foco são as pessoas, e a preocupação com elas, fico muitas vezes preocupada.

Vou dar dois exemplos não querendo com isto dizer que as iniciativas não são validas mas sim a necessidade de ser tida em conta as pessoas e o objetivo das iniciativas, de modo a minimizar e não potenciar alguns problemas de saúde.

Por exemplo mais recentemente levaram os idosos a ver o mar, até sei que aconselharam fato-de-banho, mas alguém falou em usar protetor solar? Todos sabemos os problemas causados pelo Sol.

Fazem caminhadas periódicas, com o objetivo de as pessoas caminharem pela sua saúde, e no final da caminhada comem porco no espeto, produtos derivados de açúcares e farinhas refinadas. De que vale a caminhada? E costumam fazer alongamentos no final da caminhada?!

[Handwritten initials and marks]

O problema dos municípios, neste momento são muito mais do que tijolo/obra, neste momento tem que ser a preocupação com as pessoas.

E preocupar, não é fazer o que no passado se fazia, já nada é como era dantes, a realidade muda a uma velocidade tão grande que só nos apercebemos quando o nosso vizinho, o nosso amigo, o nosso familiar morre de uma das doenças a que chamamos da moda.

Ou só nos apercebemos quando temos que cuidar de alguém que tem doenças incapacitantes e com as quais não sabemos lidar e que as associações, por mais que seja um apoio já pouco mais podem fazer que minorar o sofrimento dos familiares.

Cabe ao estado e cabe aos municípios começar a pensar em ajudar, em sensibilizar para que as pessoas tenham uma vida mais consciente, mais saudável e mais feliz.

A nossa cidade, localizada no reino maravilhoso, poderia ser uma referência a nível preventivo, fazendo a mudança que é necessária, não só em cada casa mas sim em cada atividade que o município organiza ou colabora, que depois sim iria fazer a mudança em cada casa.

Pode parecer estranho o que estou a dizer mas tem fundamentação teórica, a mudança é necessária para conseguirmos ter uma melhor qualidade de vida, eu observo todos os dias a quantidade de pessoas doentes, depressivas, tristes e devem concordar comigo que com atividades pontuais sem o seu devido cuidado de preparação não melhora a qualidade de vida das pessoas, podem sim provocar um sorriso momentâneo.

A mudança começa por mim ...o mundo muda porque eu mudo e não porque espero que o mundo mude.”

----- O Senhor Município *ANTÓNIO MANUEL ALVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Faria uma pergunta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se me permitir. Na última Sessão da Assembleia Municipal entreguei uma carta à Mesa e gostaria de saber se essa carta deu entrada para a Senhora Presidente da Câmara?

Gostaria que o conteúdo da carta ficasse em Ata e que me respondesse, por favor.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O assunto foi encaminhado para os respetivos serviços.

----- O Senhor Município *ANTÓNIO MANUEL ALVES* disse:

Muito obrigado.

Já sabem ao que venho, isto já é um pouco vergonhoso, mas parece que o nosso País não anda muito para a frente.

Queria, agora, fazer uma pergunta muito rápida à Senhora Presidente. Vai ou não reabrir o caminho do santinho? Se sim, quando? Se não, porquê?

Gostaria de obter uma resposta por escrito o quanto antes, porque se não for nos termos a utilizar, teremos de utilizar outros meios, ou seja, os meios judiciais ou construir um muro na Rua da Alegria e interditar o acesso à aldeia por essa mesma rua. Rua essa que era pertença minha e se o Senhor *Fernando Pinto* tiver o direito de fechar o caminho do santinho, que era público e é, porque não poderei eu fechar a Rua da Alegria que era pertença minha?

Fica a pergunta, à qual espero resposta em breve.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Relativamente à intervenção da Senhora Município *Fernanda Ferreira*, dizer que todas as atividades do Município pretendem gerar o bem-estar e a saúde da população, sendo que as ações preventivas são fundamentais. Quanto à saúde no âmbito do concelho, pela primeira vez temos uma Senhora Vereadora da área da Saúde. Têm sido feitas algumas ações, mas é óbvio que teremos de melhorar. Agradeço a intervenção, estaremos disponíveis para reunir caso seja necessário.

Em relação ao Senhor Município *António Manuel Alves*, quanto à questão do caminho, como disse na anterior Sessão da Assembleia Municipal e como reunimos em função daquilo que foi discutido, a situação está a ser analisada pelos Serviços Jurídicos e ter-se-á de fazer uma reunião com o próprio Município visado com este obstáculo ao caminho. Julgo que estarão reunidas as condições para que após o parecer jurídico possamos notificar o Município em questão.

Teremos de resolver esta situação o quanto antes, no sentido de permitir a passagem dos fregueses pelo caminho do santinho. Vamos incluir, também, a Junta de Freguesia de Mascarenhas, que estará disponível para trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal para resolver o mais rápido possível esta situação que foi criada pelo acesso a uma exploração agrícola e que tem causado muitos problemas no acesso à aldeia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia deixo um esclarecimento, pois já se percebeu que existem algumas dúvidas em relação à Convocatória.

Dizer o seguinte: o artigo 11.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela refere “Sessões Extraordinárias - 1. A Assembleia Municipal reúne em Sessão Extraordinária por iniciativa do seu Presidente, da Mesa quando assim o deliberar, ou, ainda, após requerimento:

- a) Do Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento de deliberação desta;
- b) Um terço dos seus membros;

c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município equivalente a cinco por cento do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de dois mil e quinhentos.”

Sabemos que quando a iniciativa é de um terço dos Membros da Assembleia só haverá um ponto..., que é o ponto que é levantado para a Ordem de Trabalhos da Sessão Extraordinária. Quando é requerida por um determinado número de eleitores, também só existirá o ponto requerido. Quando é por requerimento do Executivo, fizemos a respetiva consulta já atempadamente, não tem de ter apenas um ponto. Tem de ter a Ordem do Dia, não existe Período de Antes da Ordem do Dia, mas podem existir vários pontos, logo que o requerimento do Executivo assim o apresente.

Foi ao abrigo desta situação que fizemos a Convocatória com mais de um ponto e contrariamente àquilo que são algumas interpretações, com o devido respeito, que alguns Senhores Deputados têm acerca do assunto de ter apenas um ponto, informo que fizemos a respetiva análise, pedimos informações e a inclusão de vários pontos na convocatória está correto.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em relação à Convocatória que sua Excelência fez, é regimental e apraz-me, de certa maneira, a sua coerência e a sua sabedoria na marcação da mesma. Tinha dúvidas, perguntei a uma pessoa que sabe destas coisas e disse que estava corretíssima a Convocatória. A Câmara Municipal pode dar os pontos que quiser. Portanto, podiam ser 20 pontos e estaríamos aqui a refletir sobre os mesmos, sendo uma Assembleia Extraordinária. Parabéns.

Ordem do Dia

2 - Período da Ordem do Dia.

2.1 - Proposta de Apreciação e Aprovação pela Assembleia Municipal do Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 04 de julho de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter o Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Mirandela à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Como é sabido, as entidades da administração devem promover de forma permanente, a avaliação da adequação dos programas e respetivos planos territoriais por si elaborados.

O PDM de Mirandela, na sua 1ª revisão, foi publicado em 21 de agosto de 2015, completando este ano, quatro anos de vigência. Neste sentido, e no que aos municípios se refere, o RJGT, determina que a Câmara Municipal elabore “de quatro em quatro anos, um relatório que permita traçar o retrato do estado do ordenamento do município de Mirandela, identificando dinâmicas e tendências de evolução” e que deve ser submetido para apreciação da assembleia municipal.

A elaboração do REOT é portanto um imperativo legal, consagrado no Regulamento de Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), que assim permitirá desencadear a revisão do PDM, adequando-o à realidade, dos indicadores sociais, económicas, ambientais e culturais do município.

Na análise ao REOT, apresentamos e segundo os anos censitários, as seguintes evidências, que orientarão, sobremaneira, os planos futuros a elaborar:

No domínio sociodemográfico

1. Denota-se uma tendência de perda populacional mais acentuada nos últimos 6 anos, que a registada entre 2001 e 2011;
2. Verifica-se uma tendência de “êxodo” dos territórios mais rurais, quer para a cidade de Mirandela, quer para outros concelhos; Todas as freguesias, com exceção da freguesia de Mirandela, que ganhou 6% de residentes, terem registado perdas populacionais, na grande maioria acima dos 20%; de registar que na freguesia da Fradizela, não é registado um nascimento nos últimos 5 anos;
3. Os valores projetados para a população residente em 2017, já se encontram abaixo do projetado para 2021;

No domínio económico

4. A Câmara Municipal não dispõe de indicadores económicos suficientes para traçar o atual perfil das atividades e do emprego no concelho, o que consideramos uma falha grave, tendo em conta a importância deste domínio, para assim interpretarmos melhor, por exemplo o impacto que terá a instalação do hipermercado Continente no comércio local;
5. A distribuição da população por setor de atividade e à semelhança do que tem vindo a acontecer um pouco por todo o país, a base económica de Mirandela tem registado uma tendencial terciarização;

No domínio social

[Handwritten initials and marks]

6. A população inativa são os reformados, que assumem particular preponderância (58%), cenário que é expectável que se agrave, atendendo ao crescimento estimado do índice de dependência de idosos;

No Domínio da dinâmica urbanística

7. Continuam a existir carências habitacionais no concelho de Mirandela. Este défice refere-se à falta de alojamento a custos adequados aos escalões de rendimento da população, e não à falta absoluta de casas que, como se sabe, não é o caso do concelho de Mirandela, pois existem um número significativo de fogos devolutos/vagos; como continua a faltar habitação a preços adequados para alunos do IPB de Mirandela, apesar dos alertas efetuados e das promessas anunciadas;

Domínio da mobilidade e transportes

8. A manifesta fragilidade da cobertura transporte coletivo, criando fortes constrangimentos à mobilidade das populações, pelo que projetos como a “Redução Tarifária de Transportes Públicos, como o projeto “Transportes fora do Período Escolar”, como o projeto “Balcão Móvel” e o projeto do “Transporte a Pedido”, implementados pela CIM-TT, contribuirão de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida das populações em meio rural;

Domínio da educação/formação

9. Apesar dos indicadores apresentados, a qualificação dos recursos humanos do concelho, apresentam melhorias significativas, ao nível das taxas de analfabetismo e qualificação da população com ensino secundário;

Domínio do fluxo da população

10. Ao nível dos fluxos da população, o saldo é positivo, comparativo com a década anterior, o que revela um aumento da capacidade de atração do concelho, mas diga-se, a ser sustentado na capacidade atrativa da rede educativa de Mirandela, o que é manifestamente insuficiente;

Domínio dimensão económica

11. Também o índice de poder de compra concelhio (80,36%) excede largamente o dos municípios da sua região, que apresentam valores próximos dos (50-60%), sendo apenas ultrapassado por Bragança;
12. A base económica local começa a dar sinais de recuperação e de criação de novas dinâmicas, designadamente ao nível da afirmação da atividade turística e da consolidação do tecido empresarial, evidenciado, por exemplo, pelo aumento da procura na zona industrial de Mirandela;
13. A atividade industrial (de transformação propriamente dita) tem registado algum dinamismo, tendo sido registados no Balcão do Empreendedor, 12 novos estabelecimentos industriais desde janeiro de 2015, todos eles com atividade associada ao subsector alimentar – três unidades de produção de enchidos, três de produção de vinho, duas panificadoras, uma de produção de cerveja artesanal, uma de transformação de azeitonas e uma de figos; dos 12 estabelecimentos, não precisaram do Complexo Industrial do Cachão, para iniciar as suas atividades;
14. No subsector do comércio registou-se também um acréscimo do número de novos estabelecimentos, desde janeiro de 2015, embora se desconheça quantos poderão ter encerrado a sua atividade, como, à semelhança dos restantes sectores, desconhece-se quantos empregos terão sido criados com a entrada em funcionamento destes estabelecimentos;
15. A capacidade de alojamento do concelho aumentou em cerca de 2/3, pelo que o número de dormidas aumentou, assim como, a estadia média em diárias no concelho por parte dos turistas;
16. Promoveu-se a coesão social, através da regeneração física de edifícios de habitação social e de espaços da envolvente e do reforço da inclusão ativa de grupos sociais desfavorecidos e fragilizados;
17. Estabeleceram todo o tipo de programas para responder às principais necessidades, desafios e oportunidades que presentemente se colocam a Mirandela no domínio da reabilitação urbana, a envolver montantes na ordem dos 22 a 25 milhões de euros;

Domínio ecológico e áreas vulneráveis

18. O Sistema Ambiental e Paisagem e a Estrutura Ecológica Municipal a ser criada para efeitos de regulamentação, identifica, que o concelho de Mirandela apresenta elevado potencial enquanto recurso endógeno e áreas de maior relevância ecológica e de conservação, onde há a destacar a área do Sítio de Interesse Comunitário de Romeu/ Integrado na Rede Natura 2000, que certamente será uma área a explorar e criar novas oportunidades para o concelho de Mirandela;

Conclusão, a evolução desfavorável das taxas de natalidade e mortalidade que se apresentam, tem modificado negativamente a realidade do concelho de Mirandela.

Mirandela não revelou a capacidade para criar condições de atratividade, estabilizadoras do seu efetivo populacional. Apesar dos investimentos sucessivos, quer públicos, quer camarários, como os investimentos realizados por empresas e particulares, a somar verbas astronómicas de financiamento por fundos comunitários, a serem indutores de progresso e desenvolvimento, como os indicadores o comprovam, vê-se por outro lado, condicionada, pelas políticas públicas centralistas, dos governos de Lisboa, onde teimaram e teimam em fechar serviços públicos, que são também representativos da soberania territorial do estado e da coesão nacional, mas que, o seu encerramento, funciona como o pior sinal, pois transmite aos putativos investidores, que estas terras do interior não são mais apelativas à instalação de novos projetos, porque no tempo, estarão despovoadas, e os novos equipamentos a edificar, serão apenas lares de idosos.

Este relatório alerta para a definição das estratégias e políticas municipais, que deverão orientar a sua atuação para a melhoria da atratividade concelhia, designadamente em matéria de emprego, qualificação da oferta de bens e serviços e melhoria do ambiente urbano e da sustentabilidade da paisagem; Mas sobretudo, alerta-nos essencial, e que tomemos nota, que o instrumento “Planeamento”, e na perspetiva do ordenamento território, é crucial para a boa definição de políticas de desenvolvimento para um concelho, caracterizado de baixa densidade populacional, pois conferem maior potencial de alavancagem das dinâmicas económicas, sociais e territoriais.

O centro urbano de Mirandela é “um território com identidade, dinâmico, coeso e ambientalmente sustentável, capaz de atrair e fixar residentes e atividades, contribuindo para a afirmação de Mirandela à escala regional”, pelo que os próximos planos serão aguardados com enorme expectativa, pois neles, talvez consigamos identificar as políticas de desenvolvimento preconizadas pelo “Outro Caminho”.

A bancada do PSD votará favoravelmente este relatório, até porque, a totalidade dos planos realizados são-nos familiares, pois votamos neles de Assembleia Municipal em Assembleia Municipal e o resultado está à vista de todos, como por exemplo, amanhã dia 27 de julho, pelas 18.30h, proceder-se-á à inauguração, das obras do Santuário da N. S. do Amparo, obra marcante do legado autárquico do anterior executivo, liderado por *António Branco*, onde todos os candidatos e eleitos nas listas do PSD, devem marcar presença, porque a obra e as inaugurações a realizar são de projetos desenvolvidos pelo PSD.”

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É meu desejo apreciar e votar um documento estrutural para o Ordenamento do Território, orientador para a tomada de medidas, no sentido do desenvolvimento económico e social de Mirandela.

Certamente por ignorância pessoal, não vejo neste documento mais que, para além de uma radiografia já publicada e conhecida, situações genéricas comuns a todos os concelhos, acrescentando-se a designação “Mirandela”.

Onde estão as medidas tendentes para os objetivos de desenvolvimento regional, as alterações climáticas e a sustentabilidade? “Onde está, no presente relatório, a avaliação de estratégias de desenvolvimento municipal e o seu grau de ajustamento e adequabilidade ao contexto atual?” Citei.

“O reconhecimento da região nacional e internacionalmente como Eco região de excelência, com condições distintivas que oferece uma qualidade de vida diferenciada para residentes e turistas.” Também citei.

Quanto ao desenvolvimento do Turismo, alguém se disponibilizou para uma visita sem ir às casas de banho ao terminal rodoviário? No plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas da Terra Quente Transmontana, como e de que modo?

Que planos de aproveitamento, de retenção e irrigação das águas?

Onde é reconhecida a influência da EsACT ou Polo do IPB no desenvolvimento da vivência em Mirandela?

Que há défice de fogos em Mirandela sabemos todos pelos preços das casas, mas para quando a disponibilização de residências para estudantes?

Quanto à reabilitação física do edificado, que apoios para a sua revitalização?

Cita-se que o PERU estabeleceu como visão um território de identidade dinâmico, coeso, ambientalmente sustentável, capaz de atrair e fixar residentes e atividades. Citei.

Se assim é, porque todas as hipóteses de desenvolvimento demográfico são no sentido de crescimento populacional?

A página 26 refere-se a mobilidade interconcelhia como, página 28, cito “a presença de um serviço de transportes urbanos no interior da cidade.” Como? Se na Assembleia Municipal de junho a Excelentíssima Senhora Presidente informou que este serviço não é da Câmara Municipal de Mirandela e é de exclusiva responsabilidade de um serviço, já extinto, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela?

Senhor Presidente, receio que a minha visão esteja perturbada pela escala utilizada. Não sei se foi um para 10 mil ou um para dois mil. A verdade é que bem gostaria que o Executivo anunciasse um Plano Sustentável para o Desenvolvimento Económico e Social de Mirandela.

Fico, portanto, na expectativa de alguns esclarecimentos que permitam ajustar o relatório que nos foi presente ao Ordenamento Territorial de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Este relatório é um documento importante na medida em que fundamenta e dá suporte à Revisão do Plano Diretor Municipal e impõe uma ampla discussão pública, envolvendo as populações, o movimento associativo e cooperativo, os setores desportivos e demais formas vivas do concelho, não bastando por isso, o cumprimento de mera formalidade, que é a sua colocação em discussão pública durante 30 dias.

À Câmara Municipal, sobre tão relevante e estratégico instrumento de gestão do território, compete promover um debate tão alargado quanto possível junto dos mirandelenses, procurando sempre esclarecer os objetivos e colher o maior número de opiniões.

Esta é, em nosso entender, a forma adequada de envolvimento dos mirandelenses na decisão sobre o que se pretende para o concelho de Mirandela e gestão do seu território e não o cumprimento de uma mera formalidade que teve como resultado zero contributos.

Consideramos que a Câmara Municipal de Mirandela vai ainda a tempo de promover uma discussão séria e alargada sobre o PDM de Mirandela, realizando reuniões e sessões de esclarecimento da proposta que terá em mãos quanto à Revisão do PDM.

Assim, esperamos que acolha a nossa sugestão.

Senhor Presidente, o que este relatório demonstra é aquilo a que a CDU vem alertando há muito e muito tempo. A perda de população, mais população envelhecida, a falta de investimento público ao longo de décadas no nosso Concelho e no nosso Distrito. A total falta de investimento público com a agravante de que, neste últimos anos, temos assistido ao encerramento de serviços públicos muito importantes para o nosso desenvolvimento, como Escolas, Tribunais, Estações dos CTT e Serviços de Saúde. A inexistência de mobilidade das populações quer a nível municipal, quer a nível intermunicipal.

[Handwritten initials and marks]

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, só com a Regionalização se poderá por fim a esta sangria, quer de pessoas, quer de serviços públicos.

Este é o legado que temos como Membros da Assembleia participantes na nossa região. É o legado que temos que impor a quem por direito, quer às nossas questões partidárias, quer aos nossos Partidos Políticos, para que de uma vez por todas se possa lançar uma discussão séria sobre aquilo que deve ser o desenvolvimento do interior, sem penalização para aqueles que cá vivem e provavelmente com a questão da mobilidade daqueles que possam vir para cá investir.

Só com a Regionalização, meus Senhores, é que conseguimos passar destes anos de sangria do nosso desenvolvimento e crescimento socioeconómico.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O REOT é considerado por mim um documento de máxima importância e oportunidade. Este documento em avaliação tem a sua pertinência para a futura revisão do PDM.

“O PDM como documento de gestão do Município, neste caso Mirandela, e a necessidade de o tornar mais eficaz, a necessidade de reavaliação de algumas opções estratégicas de modo a melhor servir os interesses do Município e dos seus Municípios.

Este REOT considera o PDM (pagina 43) como o instrumento primordial da política municipal de ordenamento do território e urbanismo. No entanto, ao longo do texto são destacadas diferentes necessidades de melhoria e também alguma falta de ambição, deduzidas em diferentes capítulos, a saber. Passo a citar:

“Constrangimentos do PDM em vigor.

Com a entrada em vigor da 1ª Revisão do PDM o município passou a dispor de um documento atualizado e ajustado ao contexto e realidade, e capaz de melhor servir os interesses do município e dos seus municípios em matéria de ordenamento territorial. No entanto, a informação e ferramentas de análise disponíveis, os recursos técnicos (materiais e humanos) capazes de identificar de forma crítica incorreções e omissões, colocam em evidência as fragilidades do PDM. São detetados:

- Discrepância entre diferentes elementos do Plano: incoerências entre a informação cartografada;
- Inconsistências regulamentares: sobreposição de normas regulamentares com regime específico associado a condicionantes;
- Conflitos entre índices e parâmetros urbanísticos nos quadros de edificabilidade;
- Erros e omissões/desadequação em alguma terminologia adotada;
- Desatualização regulamentar fruto de alterações legislativas posteriores à entrada em vigor.

Revela-se importante a oportunidade de elaboração de um documento novo que permita traçar o retrato do estado do ordenamento do município de Mirandela, identificando dinâmicas e tendências de evolução, ...adequando-o à realidade em presença e à evolução, em perspetiva, das condições sociais, económicas, ambientais e culturais do município.

De notar, que a 1ª Revisão do PDM de Mirandela beneficiou, à data, do regime transitório previsto no artigo 82.º da Lei de Bases, não se aplicando por isso, as regras de classificação do solo previstas nesse diploma e regulamentadas no atual RJGT”.

Vamos fazê-lo agora?

“Contexto Estratégico e de Gestão Territorial.

As alterações no contexto da gestão do município poderão conduzir a uma necessidade de reavaliação de algumas das opções estratégicas de modo a melhor servir os interesses do município e dos seus municípios”. Concordo com este princípio e exorto o executivo para a implementação de um PDM eficaz e que responda à realidade atual.

“Como instrumentos de Gestão Territorial, o PROF estabelece como limites máximos de área a ocupar por eucalipto no concelho de Mirandela os 876ha, valor que teria já sido atingido em 2010.” Como estamos na atualidade? Há algum estudo concreto sobre este aspeto?

“Incorporar no seu PDM as orientações, normas e diretrizes identificadas no PROT-N, designadamente as relativas à qualificação do sistema urbano, ao uso do solo, à proteção e valorização ambiental e aos riscos naturais e tecnológicos”. Vai ser implementado no próximo PDM?

“O município entendeu ser este o momento de retomar o procedimento de elaboração do Plano de Urbanização da cidade de Mirandela (PUCM) – iniciado aquando da 1ª revisão do PDM, mas entretanto interrompido – e que permitirá planear a intervenção na cidade a uma escala de maior detalhe.” Qual o Ponto de situação da elaboração deste Plano?

Quanto ao Estado do Ordenamento do Território no período de 2015/2019, é dito: “Encontra-se em apreciação junto da CCDR-N a ampliação da zona industrial de Mirandela (135.730m2 de área a lotear), que prevê a criação de 41 novos lotes tendo em consideração o grau de ocupação da atual zona industrial e a crescente procura que se tem verificado.”

No entanto, é oportuno referir que na reunião de câmara tida de 07 de julho de 2000 (Ata n.º 24/00), e sobre uma futura revisão do PDM, foi apresentado um conjunto de razões contundentes à necessidade de revisão. Das quais, destaco a capacidade de expansão.

- Atualmente, a cidade de Mirandela, sede do Concelho, esgotou a capacidade de expansão urbana e industrial face ao limite urbano definido no PDM, havendo assim por conseguinte que definir, com urgência, um novo perímetro urbano que considere adequadamente espaços de expansão;
- Os 104 aglomerados urbanos do Concelho, estarem impossibilitados, não só de crescer, mas até na generalidade, de reconstruir edifícios inseridos nos respetivos perímetros urbanos consolidados há décadas por estarem fora dos perímetros urbanos definidos nas cartas de ordenamento do PDM;

[Handwritten initials and marks]

- É urgente a criação de uma nova zona industrial para Mirandela, em virtude da prevista no PDM e respetiva área de expansão ter sido já ocupada e não ter atualmente Mirandela capacidade de resposta às solicitações que lhe são dirigidas, estando assim atualmente congelado o crescimento industrial;
- Mirandela está a enfrentar serias dificuldades em definir locais para implementar a construção de um complexo desportivo e outros programas de interesse social, como sejam designadamente conjuntos habitacionais de caráter social, por falta de espaços adequados e conformados com as previsões do PDM;
- Diversas aldeias têm dificuldade em ter espaços previstos no PDM que viabilizem a construção de equipamentos desportivos, culturais e de lazer;
- Era dito nessa Reunião que torna-se difícil a esta Câmara continuar a gerir as tensões sociais e económicas que se estão a criar com a falta de espaços urbanos e urbanizáveis, quer nas localidades rurais, quer na sede do Concelho.

O REOT agora em apreciação refere no entanto:

- "... a proposta de ordenamento da revisão do PDM entendeu justificar-se a ampliação de perímetros urbanos;
- Atualmente, a delimitação das áreas integradas no solo urbanizável terá de ser integralmente revista. A classificação de solo urbano/versus solo rústico terá de ocorrer a breve trecho, sob pena de Mirandela ver o seu PDM parcialmente suspenso, por via do não cumprimento da adaptação à classificação do solo prevista no atual RJIGT". Isto é muito importante.

O que nos pode dizer o Executivo sobre este aspeto, decorridos 19 anos?

Sobre a Rede de Equipamentos, o PDM considera:

- "A rede de equipamentos desportivos: suficiente". Realmente é estranho, quando se fala aqui da necessidade de um pavilhão multiusos, da eventual necessidade de um centro de alto rendimento;
- "A rede de equipamentos de apoio social: boa dotação e diversidade da rede, embora globalmente desajustada";
- "A rede de equipamentos de saúde: suficiente". Interrogo-me sobre este aspeto.
- "A rede de equipamentos de ensino: com significativas alterações e concentração na cidade";

Sobre a Rede de Saneamento:

"... Estava prevista a concretização de 9 novos sistemas autónomos (Casario/Ervideira/Pádua-Freixo, Vale Maior, Avantos, Vale de Lobo, Regodeiro, Couços, Lamas de Cavallo, Carvalhal e Palorca)." Qual o ponto de situação destes 9 sistemas?

Quanto às Vulnerabilidades e Riscos Territoriais, diz o REOT que:

"...persiste a preocupação com:

- Secas;
- Elevada suscetibilidade à ocorrência de sismos, com elevado risco nas áreas edificadas;
- Elevado risco de cheias;
- O risco de incêndio é premente."

Lembrando aqui uma passagem do discurso do Presidente da República, onde queria integrar a falta de um "mecanismo de controlo, que é o Cadastro Predial, físico e jurídico - simplificado ou não, imprescindível no planeamento e gestão eficaz de um território. Falta 1/3 de área do País e 2/3 de parcelas para o concretizar, e somos um dos últimos povos da Europa a não dispor deste instrumento essencial na gestão do território".

Citando Ana Martinho Pinto da DGT: "... A questão não é quanto custa a um país ter o cadastro, mas sim quanto custa não o ter...!"

----- O Senhor Deputado Municipal **ANTÓNIO FIGUEIREDO** (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não trouxe nada de evidente, simplesmente vou ler algumas citações que vêm aqui em termos do REOT.

Como muita gente disse, aqui, eu não concordo nada, porquê? O REOT para mim não é um documento importante. Para mim ser documento importante é ser a sua execução importante, o que é diferente. Quem manda executar. O REOT é um documento como outro qualquer.

Tive um Professor, que é um *Homo sapiens* em termos do Urbanismo, que me dizia assim: "Não vale a pena haver PDM's, haver REOT's, haver documentos, os que houver, se quem decide, decide mal."

Isto é uma questão de decisão e a questão de decisão aqui está mal. Esse é que é o problema fundamental. A execução em si é que está mal, não é o documento. Não sei se me fiz perceber ou entender.

Tem aqui logo no princípio, andei a desfolhar isto, nem li, desfolhei e vi aqui, com uma certa atenção, o seguinte: "População". Sabem que perdemos quase duas mil pessoas de 2011 a 2017? 1.887 pessoas. Em termos de CIM-TTM, perdemos quase 10 mil pessoas. Isto perfaz, mais ou menos, em termos de densidade populacional, 30 a 40 habitantes. É muita coisa.

Passando à página cinco, diz: "Contexto Estratégico e de Gestão Territorial". É muito linda, é pomposa a frase, a palavra. Diz assim: "(...) princípios de sustentabilidade, inclusão e coesão (sociais, económicos, territoriais e ambientais)." É tudo muito bonito. Seria verdade se alguns Técnicos da Câmara não fizessem projetos. Continuam a fazer projetos. Dão o cartão às pessoas para irem ao gabinete e para irem à Câmara onde eles estão a trabalhar. Aqui a Senhora Presidente, com toda a sua primazia, deixa entrar e sair. É ela a responsável da Câmara Municipal de Mirandela, não é mais ninguém.

"Instrumentos de gestão territorial - Plano Nacional de Água, Plano Rodoviário, Programa da Albufeira de Foz Tua". Nada disto se fez. Simplesmente está aqui no papel.

[Handwritten initials and marks]

“Escala Municipal - PMOT”. Porque é que nunca quiseram realizar, não estou a dizer esta Câmara, outras Câmaras, aquilo que propus em diversas Assembleias Municipais? Os Planos de Pormenor. “É difícil”, “Nunca chegaríamos”. Fiz Planos de Pormenor para outras Vilas que hoje são Cidades - Macedo de Cavaleiros, Carrazeda de Ansiães, Vimioso. É fácil, aqui era tudo difícil.

“Estratégias Integradas de Desenvolvimento”. Nem vou falar nisto.

“Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Mirandela”, “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana”. Senhora Presidente, faço-lhe uma pergunta: realmente vamos ter ARU ou não vamos ter ARU? É que não sei como estão as coisas. Com toda a sinceridade, a Senhora Presidente diz uma coisa, depois diz outra, depois as coisas ficam a meio caminho, não têm pernas para andar ou a Senhora Presidente tem outras prioridades que não são estas. Não sei, não faço ideia. Vejo toda a gente a queixar-se que é um abandono completo da ARU, do “Centro Histórico de Mirandela”, que para mim não é Centro Histórico, chamo-lhe o “Centro Histórico da demolição”. Aquilo que se fez na Rua do Rosário, aquilo que lá está, era melhor não se fazer nada. Não estou a dizer que foi no tempo da Senhora ou que foi no tempo de outra pessoa qualquer, está lá *in loco*, eu vejo. Não devia estar aquilo que está lá.

“Censos”. Não vou falar de censos, o tempo não chega, já não vou falar praticamente em nada. Façam estratégias de inteligência, chamo-lhe eu. Por acaso aqui até diz “36 habitantes/km²”. Estou a ver agora, foi aquilo que perdemos.

“Envelhecimento”. É atroz o envelhecimento. Estamos a 14,6% e a Taxa de Natalidade está em 6,6%. Vejam o parâmetro que existe entre crescimento e mortalidade. É uma coisa brutal.

“Idades”. Nem vou falar nisto, porque o tempo é escasso.

Na página 13 está presente um quadro. Para mim isto é aleatório, subjetivo. É um documento que como eu diria: “hoje é sexta-feira, é capaz de me sair o euro milhões, se jogar nele”. É o que diz aqui, é a mesma coisa. Isto é tudo fantasia. Se desse isto ao meu Professor dava-me zero nisto e é um Professor que teve o Prémio Camões. Tanto que me deu Urbanismo e teve o Prémio Camões.

“Setor terciário”. É a nossa sobrevivência. É isto. O Setor primário está em 10,7%. Ainda vou ajudando, vou pondo umas oliveiras. Planto árvores, pelo menos. O setor secundário está em decadência total.

Portanto, sou a favor, como diz o meu amigo da CDU, da Regionalização. Ando aqui a bater-me pela Regionalização há vários anos. Sem Regionalização é um desastre, vai ser um desastre.

“A Proposta do ordenamento do PDM em vigor procurou reforçar o potencial de afirmação económica do concelho de Mirandela (...)” Existem Técnicos na Câmara que aprovam - eu conheço-os e conheço os projetos, não vou aqui ser um delator - conheço projetos que estão fora do perímetro da RAN - Reserva Agrícola Nacional. Estão dentro, RAN, é RAN aquilo. Eu sei, tirei fotografias, sei que estão lá e continuam a licenciá-los na Câmara.

Tenho aqui um pequeno projeto que trouxe, para não dizerem que estou a falar de cor. Eu ia para a Maravilha e encontro a casa que estava no Parque Avenida e está junto ao Parque de Campismo, no olival. O olival foi abatido. Perguntaram à Câmara? A Câmara deu autorização para ser abatido e colocar uma casa que está em RAN? Perguntei ao Arquiteto *Ortega* e ele diz que isso é uma barbaridade. O próprio Arquiteto que a Senhora lá pôs, diz que é uma barbaridade.

O meu tempo já acabou, tinha muitas questões a colocar, mas infelizmente o tempo é escasso. Para um documento destes, o Senhor Presidente devia dar, e como é uma Sessão Extraordinária, é só essa a falha que vou dizer em relação ao Senhor Presidente, devia dar pelo menos mais cinco minutos para que pudéssemos ler mais um pouco e detalhar um pouco mais sobre o documento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Em relação a esta questão, em termos regimentais como sabem, só podemos dar mais cinco minutos quando se trata de Orçamentos. No entanto, a Assembleia é soberana e logo que dois terços dos membros aceitem, sobre proposta da mesa, alterações sobre o tempo, podemos fazê-las. Se houver entendimento que devemos prolongar o tempo poderemos excepcionalmente proceder à dilatação desse tempo dada a importância do tema.

Pergunto, quem se opõe a que o tempo se prolongue mais cinco minutos para além daquilo que está estipulado?

Mais de dois terços não se opõem. Assim sendo, pode usar de mais cinco minutos Senhor Deputado *António Figueiredo* e os demais que já entrevistaram têm o mesmo direito.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para dar continuidade àquilo que estava a dizer, o meu colega *Ortega*, que foi meu colega de ano e que muito convivi com ele, disse-me: “Olha, eu não aprovei aquilo. Se alguém o aprovou, não sei, mas eu não aprovei. Se aquilo está em RAN, até para abrir um poço é preciso pedir à RAN.” Diz-me ele. Portanto, não sei de nada.

Estive a ver as plantas de ordenamento e as plantas condicionantes. Aquilo está em espaço agrícola, estrutura ecológica municipal: quatro - que é o Complexo da Maravilha, plano de condicionantes - RAN, áreas com risco de uso de solo e áreas com risco de movimentos de vertentes, perigosidade elevada. Automaticamente ele não podia pôr lá a caixa, a caixa que tinha ali na Avenida, aquela caixa de madeira que tinha ali, porque a caixa de madeira tem cozinha, tem tudo. Para onde vão os esgotos? Onde é que há uma fossa? Para pedir a fossa, tem que cadastrar a planta e tem que pedir ao Serviço Hidráulico do Porto para poder colocar a fossa e estar referenciado em GPS. As coisas não são assim tão fáceis como parecem.

Portanto, manda-se para ali uma pequena habitação e tem lá uma placa “vende-se”. Quer dizer, ele quer vender aquilo e tirar usufruto próprio daquilo, que é ilegal.

Vou continuar com o meu pequeno esquema.

Quanto aos Bombeiros Voluntários de Mirandela, a Câmara já fez escritura, um Comodato ou alguma coisa? Ficam a cargo de quem as pessoas que estavam a cargo dos Bombeiros? A Câmara paga-lhes em recibo verde? Como é que lhes paga?

Toda a gente se queixa das alterações climáticas e manda-se abater e cortar árvores. Não percebo essa filosofia de “faca de dois gumes”. Com toda a sinceridade, não percebo.

[Handwritten initials and marks]

“Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil”. Referenciei aqui nesta Assembleia Municipal, constantemente, durante os finais de 2017, meados de 2018, que a Câmara me apresentasse um Plano de Licenciamento Acústico para o Loteamento dos Aquedutos. Enviou-me há dias, porque foi o CADA - Comissão de Acesso aos Dados Administrativos, que obrigou a Câmara a enviar, senão não enviaria, até me ligaram do GAM a dizer que tinha lá a declaração. Não a trago agora, trá-la-ei na próxima Assembleia Municipal. Vou-me rir aqui com o que está escrito na declaração. Já me ri em casa, mas vou trazer para aqui essa declaração para os Senhores Deputados Municipais lerem aquilo que escreveram na declaração. É manifestamente... nem tenho nome para aquilo. Um documento daqueles, de uma Autarquia, dada a um Deputado Municipal daquela maneira é... não tenho expressão para isso, porque ia ser duro e não quero ser duro em relação à Câmara Municipal.

Existem registos de incompatibilidade em relação ao espaço que abriu? Estou a falar da Sonae. No projeto está alguma coisa disso? Não sei, também quero saber. Vou lá à Câmara e quero saber se existe.

É tudo feito em “cima dos joelhos” e eu, manifestamente, não gosto das coisas feitas “em cima dos joelhos”. Faço as coisas com toda a dignidade e estou há anos para licenciar uma situação aqui em Mirandela de uma pessoa altruísta que quer fazer uma coisa de borla para Mirandela e não consegue, devido a um espaço que está em REN de 1000m².

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Naturalmente que esta exceção que se propôs e aprovou para prolongar o tempo, tem uma justificação mais que suficiente, dado que estamos a discutir o REOT. É um documento muito importante que, a meu ver, pecou por ter ficado demasiado fechado, nomeadamente no que diz respeito à discussão pública. Gostaria de o ter visto discutido na rádio e nos jornais. Acho que não chegou a muitos munícipes. Pelo menos que aqui na Assembleia se desempenhe esse papel de uma forma profunda ou, dentro do possível, o mais pormenorizadamente possível.

Na última Sessão da Assembleia tínhamos presentes Técnicos que nos iriam dar explicações suplementares acerca deste ponto, porque muitas incógnitas se levantam. Estas questões que o Senhor Deputado *António Figueiredo* levantou, a ser verdade, não tenho razão para duvidar do que disse, mas, a ser verdade, são preocupantes.

Acho que temos também que pedir a verificação destas irregularidades, porque é o nosso papel. Naturalmente que a Mesa não vai deixar passar em branco todas estas pequenas denúncias que vão surgindo, no sentido de ver se existem de facto. Sendo mesmo é o nosso papel chamar o Executivo à atenção e solicitar para intervir nestes assuntos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, com todo o respeito pela Senhora, acho inadmissível, como achava inadmissível do outro Executivo, não haver um Arquitecto no PDM. Um Arquitecto é a pessoa fundamental para gerir um documento destes. A Senhora tem Técnicos na Câmara Municipal que parece que não vivem em Mirandela, não são de Mirandela. Vou dizer aqui uma expressão feia: “estão-se borrifando para a minha terra e para a sua terra”.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (Independente pelo CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Pedia ao Senhor Presidente da Assembleia para ter um pouco mais de cuidado no seguinte: já caímos nessa asneira outras vezes e hoje está-se aqui a cair também, quase parece que se está a entrar em diálogo com os Senhores Deputados. Isso é errado e traz consequências para o decorrer dos trabalhos da Assembleia.

Repare-se: o Senhor Deputado *António Figueiredo* faz a sua intervenção, a seguir faz um comentário, não é bem uma proposta, o Senhor Presidente faz uma proposta. Dá-se-lhe mais cinco minutos, fala de novo. Isto parece um diálogo.

Só pedia ao Senhor Presidente para que futuramente evitasse esse diálogo. Cada um tem o seu tempo, porque não mais cinco minutos ou dez, se for necessário, mas evitar o diálogo, porque tem sido um dos fatores que tem prejudicado o andamento da Assembleia e tem levado a prolongar-se por mais tempo.

É só isso que queria que ficasse registado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixe-me lembrar-lhe que a gestão dos trabalhos cabe à Mesa e por isso mesmo fazemos da melhor forma que entendemos e sabemos.

Já referi isso muitas vezes, estamos sempre abertos a qualquer tipo de crítica, mas neste caso concreto estamos a falar de um documento importantíssimo..., estamos a falar de uma Sessão em que dispomos de tempo, tempo que por vezes não temos..., sendo assim, a nossa decisão vem só e apenas de encontro ao enriquecimento do debate e por conseguinte de todo o nosso trabalho.

Sabemos que é invulgar, mas não irregular ao estarmos a dar essa abertura no sentido de que a discussão siga a um melhor ritmo. Inclusivamente quem já falou tem a mesma possibilidade de continuarem com as suas exposições.

Penso que esse é o nosso trabalho e devemos zelar que os assuntos se explorem até aos limites. No entanto, respeito a sua opinião, mas permita-me, respeite também a nossa forma de gerir esse tempo.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Luciano Bianciardi, Escritor Italiano conhecido pela sua sátira feroz ao milagre económico nos anos 60 - La Vita Agra, disse: “A política... há muito tempo deixou de ser ciência do bom governo e, em vez disso, tornou-se arte da conquista e da conservação do poder”.

[Handwritten initials and marks]

A Política para mim e para muitos que saudamos com alguma nostalgia é um instrumento que deve visar sempre com o seu ulterior fim a pessoa, a melhoria das suas condições de vida e o progresso da sociedade.

Como *Bianciardi* bem diagnosticou, hoje deparamo-nos com Políticos que o são ou querem ser por mera ambição pessoal ou para se vingarem de situações particulares ou porque alguém lhes diz para serem e, ainda, políticos que o são e querem ser, porque sempre o foram e não sabem fazer outra coisa. Comum a estes tipos de políticos, temos a falta de visão, de projeto e de preocupação pela melhoria de vida dos seus concidadãos.

Há ainda um outro tipo de político, aquele movido pelo altruísmo de representar os seus concidadãos. Procura com eles perceber os seus anseios, diagnosticar os problemas e construir soluções. Tem ideias claras, projeto e sentido de missão.

Senhora Presidente, Senhores Vereadores, apesar de não partilharmos a mesma ideologia, espero que seja neste último que se insiram.

É a partir destas premissas que faço a seguinte questão. Nas considerações do REOT de Mirandela constata-se o seguinte, passo a citar: “À partida as dinâmicas demográficas registadas - continuidade da tendência de perda populacional e acentuado envelhecimento da população - parecem indiciar que a estratégia de desenvolvimento que tem vindo a ser seguida pelo município não tem vindo a ser suficiente para fixar população, justificando a necessidade de reforçar uma abordagem integrada, operada de forma transversal em diversos domínios (emprego, apoio social, habitação, qualificação urbana, etc.)”.

A minha questão é somente esta, até para ajudar à celeridade dos trabalhos: qual é a estratégia de desenvolvimento deste Executivo e que medidas concretas adotam para contrair esta evolução negativa e tão nefasta para o futuro de Mirandela?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Com esta intervenção estão terminadas todas as intervenções. No entanto, como aprovado pela Assembleia, todos os Senhores Deputados que usaram da palavra anteriormente gozam, à semelhança do Senhor Deputado *António Figueiredo*, de cinco minutos suplementares, se assim o entenderem.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não queria deixar de lembrar, até por uma questão de respeito, um discurso de um político português, Senhor Presidente da República em 07/10/2017, sobre o risco de incêndio em Portugal e projetar este discurso a Mirandela. Dizia então que “Esta é a última oportunidade para levarmos a sério a floresta e a convertermos em prioridade nacional. Para mim, como Presidente da República, o mudar de vida neste domínio é um dos testes decisivos ao cumprimento do mandato que assumi e nele me empenharei totalmente até ao fim desse mandato”.

Sim, a floresta e a criação de mecanismo de gestão da mesma é um desígnio nacional, entendo, que não deveria submeter-se a argumentos financeiros.

Um desses mecanismos de gestão, já aqui referi muito à pressa, é o cadastro predial, físico e jurídico - bem sei que é um plano transversal, não é um plano municipal, mas seria um elemento de crucial importância na definição de estratégia de gestão do Município de Mirandela em termos de limitação de áreas, em termos de identificação dos proprietários que em diversos momentos corta o desenvolvimento deste território e de outros Municípios, inclusive haverá projetos que não avançam devido a burocracias, devido a dúvidas de propriedade. Todos sabemos casos de expropriações que ainda não foram resolvidos, de rodovias que já foram executadas há mais de 10 anos, casos de barragens e outros.

A floresta é em Mirandela um bem inestimável, não só pela madeira e derivados, mas também pela fixação do carbono. Há um estudo que diz que falta criar 1/3 de floresta para absorver 2/3 do carbono que é produzido. Portanto, isto diz muito da importância da floresta, onde se inclui espécies como o Sobreiro, a Azinheira e outras espécies.

Também fiz uma análise ao Relatório ambiental que serviu há quatro anos para a Revisão do PDM. Na altura ainda não se falava ou havia o Parque Natural do Vale do Tua que foi criado em 2013.

É um Plano do Ordenamento do Território, neste caso, abrangendo parte de Mirandela para o qual quero endereçar que ele ocorra da melhor forma e nos traga aquilo que esteve na sua génese que é uma mais-valia em termos de desenvolvimento e ordenamento do território.

Sei que este Executivo está empenhado neste Plano e daí endereço os meus parabéns.

Gostaria que a Revisão do PDM que está aí à porta trouxesse também o desenvolvimento em termos de outras vertentes como os credores ecológicos referidos.

Sobre os solos de RAN devem ser afetos à atividade agrícola e são áreas *non aedificandi*, numa ótica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural, sendo interditas todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola.

O concelho de Mirandela tem a sua RAN eficaz, decorrente do processo de aprovação do Plano Diretor Municipal, e foi aprovada pela portaria 49/93 de 12 de janeiro. Porém a Câmara de Mirandela encontra-se presentemente a rever a sua delimitação, trabalho que está a ser acompanhado pela DRAP-N. Acresce referir que a delimitação desta condicionante inclui as áreas respeitantes ao aproveitamento hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros (Azibo) e de Vale de Madeiro. A RAN ocupa 4994,9ha, correspondendo a 7,58% da área concelhia.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

[Handwritten initials and marks]

Agradeço as questões que foram levantadas no âmbito da discussão e votação do Relatório de Estado do Ordenamento do Território.

Antes de iniciar a resposta às questões que foram levantadas, gostaria de esclarecer o seguinte. Trata-se de um relatório que é obrigatório executar de quatro em quatro anos. Não estamos a falar de um Plano, não estamos a falar do PDM. O Relatório é um ponto de situação, é o retrato da execução de 2015 a 2019. Portanto, este Relatório traça o diagnóstico, a execução e o enquadramento estatístico de tudo aquilo que aconteceu entre 2015 e 2019, integrando nestes quatro anos dois Executivos Municipais. Por isso, sim, o PDM tem de ter uma discussão pública alargada. O REOT é um Relatório, não é um Plano Estratégico.

É preciso que fique bem claro que não é um documento, como diz o Senhor Deputado *António Figueiredo*, que não tem importância. Obviamente que tem importância e é uma base para elaborarmos o PDM, mas é um documento, é um Relatório, é um ponto de situação, não é um Plano Estratégico.

Começo por dizer, em traços gerais, aquilo que me parece ser fundamental e aquilo que são os verdadeiros problemas a que devemos estar todos atentos, em que todos e cada um de nós deve refletir sobre isso e ajudar, no âmbito das nossas competências - Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Vereação e todos aqueles que estão aqui presentes - relativamente à grande questão que temos, não só em Mirandela, mas em todo o território do interior, é uma discussão que tem sido feita a nível nacional, que é a perda de população. É um fenómeno que não é de hoje, não é de há dois anos atrás, quando entramos para a Câmara Municipal, já existe há décadas e que se tem agravado.

A desertificação humana e o envelhecimento populacional é uma realidade no interior do país. Temos todos de refletir sobre isso e pensarmos no que podemos fazer para inverter este ciclo. Não podem ser só medidas municipais, têm de ser medidas políticas, estratégias políticas supramunicipais, mas também políticas nacionais que venham ajudar efetivamente a que o interior possa ser atrativo para Investidores, Empresas, pessoas, idosos. Tudo aquilo que faz parte da nossa estratégia não pode ser unicamente Município de Mirandela, obviamente que o Município de Mirandela tem responsabilidades, mas tem de ser políticas públicas efetivas de redução de impostos, de capacidade de atratividade de Empresas para podermos criar emprego. Isto é um problema Nacional e Europeu.

Todos temos responsabilidades políticas, uns a nível das Juntas de Freguesia, outras partidárias. Como sabem estamos à beira de eleições legislativas e temos efetivamente que discutir este problema.

É preciso referir que Mirandela no contexto da Comunidade Intermunicipal é um concelho muito importante. No entanto, tem de existir uma estratégia conjunta, no âmbito da Comunidade Intermunicipal. Não podemos estar isolados, não podemos ter estratégias sozinhos. Temos de estar englobados, incluídos, ser o motor de desenvolvimento de toda a Comunidade Intermunicipal. Só assim, com estratégias de médio e longo prazo, se consegue, porque não são dois anos de Executivo que podemos mudar esta tendência de desertificação humana e esta tendência de envelhecimento populacional. É impossível, porque não há milagres nas políticas públicas. As coisas acontecem e quando acontecem podem ter reflexos alguns anos depois.

Todos nós temos responsabilidades também aqui na Assembleia Municipal de identificar o problema e ter a capacidade de contribuir com propostas.

Depois de partilhar convosco o grande problema que temos no Concelho de Mirandela, nas nossas aldeias, na nossa Vila e também aqui na Cidade, porque também este Relatório aponta para que o êxodo das populações dos meios rurais para o meio urbano Mirandela, é uma realidade. Porquê? Por falta de investimento das vias, por falta de atratividade dos centros rurais, porque o emprego está mais localizado em Mirandela do que nas aldeias, porque houve um desinvestimento nas questões agrícolas, aliás, nunca houve uma estratégia agrícola para o concelho, apesar de termos aqui sedeada a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Nunca houve um investimento nas questões agrícolas e isso a nível de jovens empresários, apesar de se instalarem puras estratégias nacionais de investimentos pelo PRODER e por pequenos investimentos rurais - a abordagem LEADER, o PDR 2020 - tem trazido alguns empresários e apesar de termos menos agricultores, temos mais empresários agrícolas, mais produções e mais produtividade.

Reparem, está tudo elencado com aquilo que diz respeito a cada um de nós. Temos a produção, mas temos de trazer a mais-valia da transformação e da comercialização. Por isso é que no nosso programa eleitoral colocamos a questão estratégica do Cachão. Porquê? Porque o Cachão representa o escoamento das produções dos nossos agricultores, representa a transformação dos produtos e a possível comercialização. É isso que se pretende, é que a mais-valia fique nos nossos territórios, porque muitos dos nossos produtos entram no mercado espanhol e são vendidos em Portugal como produtos espanhóis. Isto é importante, porque a estratégia do Concelho de Mirandela e da região de Trás-os-Montes passa essencialmente por dois grandes eixos estratégicos - Agricultura e Turismo e Agroturismo. Todo o desenvolvimento que os Turismos Rurais, que os alojamentos locais, que têm sido feitos nas nossas aldeias também, elencam nesta estratégia que tem de ser das Terras de Trás-os-Montes, não pode ser do Município de Mirandela. Temos de estar todos unidos em prol de que os visitantes que nos venham visitar, mas que vão também a Bragança, a Alfândega da Fé, a Mirandela do Douro, que percorram o território e que deixem mais-valias para os nossos comerciantes, para tudo aquilo que diz respeito ao Turismo e à Natureza.

Em relação ao Concelho de Mirandela, é isso que estamos a discutir hoje, enquadrados numa Comunidade Intermunicipal e na Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, houve pequenas decisões que tiveram grandes impactos no nosso desenvolvimento sustentável económico e demográfico.

Já na altura referi esta situação que foi a dificuldade e a ausência de uma ligação em condições para o IC5 e IP2. Mirandela deixou de estar nos eixos rodoviários essenciais para o interior da nossa região. Ficamos longe do IC5 e do IP2. Apesar de a Estrada Nacional 315 ir ter melhorias, ou seja, uma ligação nova nessa Estrada Nacional, deixamos de ter esta ligação direta e deixamos de ter a centralidade regional que tínhamos.

Também uma ausência de investimento e pensamos que a nível da viação podemos estar fora das rotas, mas Mirandela devia ter sido a prioridade no investimento da viação. Mirandela fica no centro entre Bragança e Vila Real, em vez de estarmos a fazer dois investimentos em Trás-os-Montes, um Aeródromo Municipal em Vila Real e outro em Bragança, devíamos ter sido nós, Mirandela, a ficar com o Aeródromo com capacidade de receber pessoas, porque ficamos no centro da região de Trás-os-Montes.

Handwritten initials and marks:
AB.
7/19

Não foi de agora este investimento, isto já vem de alguns anos atrás, por isso, temos que fazer o melhor que podemos com aquilo que temos. Contudo, são constrangimentos a Mirandela, foi uma visão diferente daquela que nós hoje vemos. É fácil falar quando as coisas efetivamente acontecem, mas são de facto constrangimentos à gestão e ao desenvolvimento sustentável do nosso concelho.

Vejam, a nível de impostos, quando este Executivo entrou para a Câmara Municipal tínhamos o IMI e o IRS mais alto. Todos vocês já receberam os vossos impostos e a devolução do IRS e na fatura do IMI. Isto também é importante para as famílias. É importante termos menos IMI e pagarmos menos IRS, porque isso só vai desencadear que as pessoas possam estar aqui no concelho de Mirandela. Obviamente que a atratividade de arrendamentos baixos não existe em Mirandela, mas não é em dois anos que conseguimos fazer tudo aquilo que está por fazer. Por um lado é bom, porque temos habitações com alguma qualidade, se assim se pode dizer, mas por outro lado temos muitos casais jovens que estão a ir viver para fora do concelho, porque a habitação é muito cara.

Tem acontecido as pessoas irem viver para Freguesias próximas de Mirandela, onde têm terrenos mais baratos e a habitação mais barata. Esse é o nosso trabalho, ou seja, em vez de irem viver para Valpaços, para Macedo de Cavaleiros ou para outro tipo de localidade, ir viver para Carvalhais, Torre de Dona Chama, isto é, localidades que dentro do nosso concelho. Isto é que é fundamental termos como objetivo.

Dizer-vos, também, que temos outro grave problema. Não temos terrenos para investimento industrial. Estamos agora com o projeto de expansão. Os projetos de expansão das áreas de acolhimento empresarial têm de ser projetados com quatro, cinco, dez anos. Porquê? Porque não podemos ficar sem lotes na zona industrial para podermos projetar uma nova Zona Industrial. Temos que projetar grandes terrenos para construção industrial, temos de projetar novas áreas empresariais que já deveriam estar construídas antes da sobrelocação daquilo que existe na Zona Industrial.

É fundamental que todos percebam que este Executivo não consegue fazer milagres. Tudo isto não estava planeado. Isto não é uma crítica ao Executivo anterior ou aos Executivos anteriores. Não existe planeamento. Portanto, estes documentos de gestão e planeamento são fundamentais, por isso é que é tão importante a discussão alargada do PDM, porque o PDM inclui o concelho todo.

Temos muitas pessoas a querer construir a sua casa nas aldeias e não têm um local onde o PDM permita a construção da sua casa. É fundamental que nesta fase da Revisão do PDM possamos ter o contributo de todos vocês, dos Senhores Presidentes de Junta, dos Executivos das Juntas de Freguesia, de cada um dos Senhores Deputados Municipais para que possamos corrigir falhas que aconteceram no PDM anterior e também fruto da evolução do território é necessário corrigir essas falhas. Estamos cá para isso.

Relativamente ao centralismo de Lisboa que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou, acerca do encerramento dos serviços, desde que estamos no Executivo nunca houve encerramento de serviços, bem pelo contrário. Tivemos ainda recentemente obras na Reinscrição Social, tivemos a localização dos GIP's com 70 pessoas localizadas na Quinta do Valongo, temos agora os aviões anfíbios no Aeródromo e em relação à antiga Escola de Hotelaria, que estava completamente abandonada, hoje está a ser tratada pela Escola Profissional de Agricultura e está a ser utilizada, a custo zero para a Câmara Municipal, por um protocolo que foi feito com a Escola Profissional de Agricultura. Às vezes, sem dinheiro consegue-se ter bons resultados, dando à gestão quem está próximo e quem pode gerir, utilizar e trazer mais-valias a Mirandela.

Quanto à qualificação das estradas dentro do concelho, é fundamental qualificamos algumas vias de acesso às aldeias, não só para permitir que as pessoas acedam às aldeias, mas também estas verbas que foram atribuídas às Juntas de Freguesia podem contribuir para que cada Presidente de Junta possa limpar os caminhos rurais e fazer algumas intervenções. Isto não é uma questão partidária, porque tendo como fins unicamente partidários não tinham sido atribuídos estas verbas. Quem faz é quem está no local, é o Presidente de Junta que faz. É uma questão de estratégia política. Faz melhor quem está mais perto das pessoas.

É importante que tenham noção que tem sido feito um grande esforço, pois, como todos sabem, a situação financeira do Município é difícil. Desde 2013 estamos em Plano de Saneamento Financeiro, mas é necessário ter esta convicção de que as Juntas de Freguesia têm um pouco mais de verbas ao final do mês, com dificuldades nos pagamentos, mas o nosso compromisso tem sido cumprido com cada um dos Senhores Presidentes de Junta. Volto a dizer, não é uma questão partidária, é uma questão de apoiar as Freguesias, os fregueses, os municípios e todos os mirandelenses.

Relativamente à Associação Comercial e Industrial de Mirandela, foi aqui discutido o Protocolo, o Contrato que foi realizado com a Associação Comercial, críticas à parte, esta Associação tem feito um trabalho de proximidade e é fundamental no desenvolvimento industrial, no desenvolvimento de novas estratégias e no apoio ao nosso comércio e indústria.

Em relação à mobilidade do Tua, que é um projeto estruturante para a Região do Vale do Tua, posso dizer que a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua vai executar as obras. Está previsto que iniciem ainda durante o mês de agosto, estando prevista a conclusão da obra em maio de 2020. Como todos sabem, houve um problema grave na questão do Operador privado que está subconcessionado da Agência. Mirandela vai contribuir para que a Mobilidade do Tua seja uma realidade.

Quanto à Estação de Camionagem, também foi referida aqui, o projeto está feito e vai ter obras de qualificação urgentes e inadiáveis.

Relativamente ao Hangar da Mobilidade do Tua, vai ser executado atrás da Estação de Camionagem permitindo que Mirandela, ao contrário do que estava previsto com o Executivo anterior, fique como ponto de estacionamento da mobilidade quotidiana das carruagens e da mobilidade turística.

Quanto à Proteção Civil, todos sabem que este é um assunto que nesta altura do ano é fundamental. Temos sido parabenizados pelas Autoridades, temos feito um trabalho muito bom nesta área da Proteção Civil que só valorizamos quando temos problemas.

Gostava de partilhar alguns dados relativamente à Proteção Civil. Ainda ontem na abertura das Festas foi entregue o Plano de Coordenação da Proteção Civil. Tivemos 24 incêndios desde o início de 2019: nove fogachos, cinco incêndios florestais, três incêndios agrícolas e sete falsos alarmes. A área ardida total foi de 130ha: 81ha de matos, 28ha em povoamentos e 20ha de área agrícola. A gestão de combustível efetuada pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, até ao momento pelos serviços operacionais, como sabem já está a decorrer os Sapadores Florestais, foi de 37,7ha que inclui terrenos do Município e caminhos.

Em relação às alterações climáticas, foi uma questão levantada pelo Senhor Deputado *Faustino Cunha*, dizer-lhe que estamos com um problema de praticamente climas tropicais, não só na área dos incêndios, mas também o aumento das populações de baratas.

Estamos com problemas nessa área que são fruto de alterações climáticas e que os Serviços de Veterinária têm vindo a trabalhar, porque para fazer o controlo populacional temos de fazer vários tratamentos.

Quanto ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o serviço não está extinto. O Metropolitano Ligeiro de Mirandela está a assegurar a mobilidade quotidiana e a Empresa só poderá ser extinta ou dissolvida quando estiver assegurada a mobilidade quotidiana através da Mobilidade do Tua, do Operador Privado e da Agência.

Relativamente às intervenções dos Senhores Deputados, não posso concordar mais com aquilo que disse o Senhor Deputado *Paulo Afonso* em relação aos políticos, às políticas e à missão que têm os políticos.

Todos e cada um de nós, julgo que posso estender também aos Senhores Vereadores da Oposição, temos uma missão que está traçada. Temos um programa que apresentamos ao eleitorado e que foi votado. Assim, nada nos move que não seja o bem-estar das populações e aquilo que podemos fazer para melhorar a qualidade de vida dos municípios. De facto, não conseguimos fazer tudo, mas posso-vos assegurar que temos feito um esforço muito grande para que tudo possa ser feito dentro das nossas limitações financeiras, mas inovando e sendo criativos essencialmente em questões de proximidade com as pessoas.

Este projeto que existe hoje no âmbito dos Seniores, é fundamental para as pessoas e para as suas vidas. É um investimento da Câmara Municipal, não é tão pouco quanto isso, mas é um investimento de qualidade na ginástica e na hidroginástica que estava reduzida a poucas aldeias e que hoje está alargada a todo o território e que deve ser valorizado, porque também aqui tem o contributo dos colaboradores da Câmara Municipal.

Temos ouvido aqui algumas críticas aos colaboradores municipais, nomeadamente na área do Urbanismo. Aceito as críticas, obviamente que sou sempre a responsável. Temos feito um grande esforço para que todos os serviços funcionem dentro das questões da ética e da moral, mas realmente existem situações difíceis de ultrapassar, o Senhor Deputado *António Figueiredo* conhece bem, sendo situações que já existem há diversos anos. Não gosto de nomear pessoas e fazer disso arma de debate político ou partidário, mas de facto são situações que lamento e estou atenta. Contudo, são de difícil resolução, até porque não estou na porta de cada um dos colaboradores da Câmara Municipal, como imaginará. Cada colaborador tem de ter a responsabilidade do que faz, das práticas que exerce, das boas práticas que tem de ter, porque todos os colaboradores têm de possuir a sensibilidade e saber quais são os limites no âmbito da sua ação.

A confusão que existe no domínio público e no domínio privado devia, de uma vez por todas, ser resolvido a nível nacional, porque o problema não é só aqui em Mirandela, existe praticamente em todos os Municípios. Não é só no Urbanismo, é em várias áreas e é transversal a tudo aquilo que existe no país. Esse é um dos grandes problemas. É não sabermos distinguir as nossas funções públicas da nossa atividade privada.

Estamos atentos e vamos fazer todos os possíveis, como estamos a fazer até aqui, pois houve a contratação de um Arquiteto. A área do Urbanismo é uma área muito difícil, porque tem uma série de legislação muito específica e têm de ser pessoas treinadas e que sabem. Demora anos a formar um Técnico e demora anos a formar um Arquiteto para dar Pareceres que sejam justificados, que sirvam a população e que estejam dentro da Lei, porque a responsabilidade última é sempre do Presidente da Câmara. Não é por eu não querer ter essa responsabilidade, é porque existe confiança entre o colaborador e o Executivo. Essa confiança tem de seguir determinados parâmetros técnicos, de isenção e de imparcialidade nos pareceres que são tidos e que são dados aos Técnicos, aos Projetistas, mas também Investidores e Empresários da área da Construção Civil.

Este é um grave problema que está identificado e que esperemos, ao longo dos próximos meses, ter mais soluções, apesar de considerarmos ser praticamente impossível. É como ter um Polícia ou um Médico à porta de cada um. Não conseguimos estar à porta de cada um dos colaboradores e acho que essa também não é a solução. As pessoas devem ter este processo de autorreflexão e saberem até onde podem ir.

Relativamente às questões acerca do Plano de Pormenor e ao Plano Municipal de Proteção Civil, dizer que existe um Plano Municipal de Proteção Civil e está a ser feita a reformulação para o Plano de Terceira Geração. Em relação ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, esperamos apresentá-lo na próxima Sessão de Assembleia Municipal. É verdade que Mirandela não tem Planos de Pormenor, é verdade que estamos a investir num Plano de Urbanização que é fundamental. Já agora, posso-vos dizer que este Plano de Urbanização vai ter um desfasamento do PDM, poderá ser de alguns meses. É fundamental tê-lo, porque vai ao detalhe da construção das Urbanizações. Temos um problema grave de sustentabilidade dos taludes, sendo que essa e outras questões são fundamentais, daí a urgência do Plano de Urbanização, de forma a definirmos para as Urbanizações requisitos transversais para a construção das mesmas, obrigações dos loteadores, dos construtores e dos projetistas para evitar situações que já aconteceram no passado.

O PDM atual obviamente que tem constrangimentos que serão corrigidos, como disse e bem o Senhor Deputado *José Trovisco*.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, quanto ao debate alargado do PDM, obviamente que sim. Contamos com a colaboração de todos, quer dos Senhores Presidentes de Junta, quer dos Senhores Deputados Municipais, quer também dos especialistas nesta área, porque esta adaptação só previa a adaptação para a caracterização dos solos urbanizáveis e rurais, sendo que vamos fazer não uma adaptação, mas uma revisão que deve ser, é obrigatório que seja, com a participação de todos aqueles que queiram participar.

Relativamente ao Senhor Deputado *Faustino Cunha* dizer-lhe que a mobilidade interconcelhia é também uma responsabilidade da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que é aquilo que está no Relatório, é a situação que existe agora em Mirandela. Temos melhorado os indicadores, exceto o da perda populacional.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixai-me dizer-vos que quer nas intervenções, quer nas explicações da Senhora Presidente se fugiu um pouco ao tema e que devemos evitar isso a todo o custo.

Hoje temos a nosso favor a disponibilidade de tempo e todas estas questões são importantes.... Sobre a primeira intervenção da Senhora Presidente, deixai-me dizer-vos que para mim foi extremamente esclarecedora a explicação. Quero em nome da Mesa agradecer o facto de ter partilhado as suas preocupações e a sua visão estratégica sobre o REOT. Isso foi importante e uma mais-

valia para este debate. Gostaria ainda de perguntar à Senhora Presidente se: face às dificuldades económicas e face às dificuldades que a nossa região tem, a sua visão é otimista para a realização destes projetos ou não passarão de projetos e aspirações? É uma questão que todos nós gostaríamos de entender, porque o “desenho” é interessante, mas não sei se será exequível.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a questão. Não percebi no que se refere ao “desenho”.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Ao “desenho” do próprio Plano que estamos a debater. De facto, há imensos projetos de reorganização do território que acho importantes para o Concelho...

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, isto não é um Plano, é um Relatório.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu sei que é um Relatório e que vai ter de ser aprovado, mas o plano vai ter como base, como a Senhora presidente anteriormente já referiu, este Relatório.

A questão é se está otimista em relação a isso, porque, como sabemos, temos algumas dificuldades...Qual é a sua perspetiva..., porque gostamos de ter alguma tranquilidade nesse sentido.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obviamente que estamos todos otimistas. Dependerá de algumas questões que não dependem deste Executivo nem desta Assembleia. O crescimento económico nacional é importante, assim como as estratégias para o desenvolvimento do interior.

Posso-vos dizer que também sou muito defensora da Regionalização, por isso, julgo até que seria a forma de termos um desenvolvimento do interior harmonioso e com investimento., porque sabemos aquilo que precisamos e a decisão deve estar perto de quem usufrui e de quem tem este desenvolvimento.

De qualquer forma, estamos otimistas a nível de projetos e intenções. Fazemos um esforço diário para que possamos pagar atempadamente para que possamos investir e pagar os nossos compromissos, quer com as Águas, quer com empréstimos bancários. Por isso, o resultado final não depende só do Executivo, depende também dos Senhores Presidentes, sei que estão a trabalhar no terreno, de todos os Empresários, Investidores e de todos aqueles que contribuem. Os professores, a Educação e a qualificação das pessoas são fundamentais para que tenhamos um concelho com outros níveis de desenvolvimento.

Estamos otimistas, sim.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, a Senhora Presidente teve dificuldade em concentrar-se na análise do REOT.

Eu até fui muito contido nas minhas afirmações. Falei que os Governos Centralistas de Lisboa por vezes nos impõem aqui determinados impedimentos, mas é o meu Governo e o Governo dela. “Ah, mas o meu Governo agora nunca fechou absolutamente nada.” Não era isso que estava em questão. Portanto, era bom que se concentrasse. A “Ópera Cómica” foi ontem à noite e a estratégica que apresentou para o concelho antes fosse uma “Ópera Lírica”, porque era sinónimo que o sonho era possível. Por aquilo que nos apresentou, não está devidamente estruturado pelo que não o devia fazer, devia ser muito mais contida.

Se me permite Senhora Presidente, devia-lhe ter dito isto: o Relatório do REOT, o desenvolvimento das obras e dos Planos lá contidos pararam quando a Senhora Presidente foi eleita.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz aqui é, portanto, a “identificação desses problemas”. A Senhora Presidente da Câmara sabe quais são e já os tem identificados, em relação aos Técnicos.

Outra situação: não é preciso por Polícia nenhum à porta.

Outra situação que me traz aqui: há dias vinha da Estrada 315, passo Freixeda e vejo camiões a levarem terras, talvez de uma mina. Não sei o que se passa para ali. Falou-se na anterior Assembleia Municipal que eram perfurações. Aquilo que vi lá não eram perfurações, eram camiões a carregar e a levarem terras não sei para onde. Qual é o vazadouro? Não sei se a Senhora Presidente sabe.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, estamos novamente a entrar num debate que já é passado.

Em relação ao que foi dito, a visão que tenho é que se fugiu um pouco ao tema. No entanto, a Senhora Presidente não se escusa a responder às questões, mas por vezes as questões apresentadas são pouco objetivas. Temos de ser mais diretos para termos respostas diretas.

Apesar de tudo, analisando toda a explicação, achei-a bastante enriquecedora e positiva em relação ao tema que está em debate, porque o tema em si é complexo. Contudo, acrescentaram-se uma série de coisas que se traduziram em informação importante. Lógico que nunca irá de encontro àquilo que todos desejam ouvir, mas foi satisfatório.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à última questão que foi colocada, trata-se de uma prospeção que está licenciada desde 2016. Julgo que é um assunto que traremos à próxima Sessão de Assembleia Municipal, uma vez que inclui três Freguesias - Frechas, São Salvador e Freixeda. Vamos ter de realizar reuniões com todos os Senhores Presidentes de Junta e apresentarmos também com a Empresa que tem a licença da prospeção. Para já não é exploração, é prospeção. Trata-se de uma licença desde 2016 de minas, da Empresa Minaport.

Resumidamente e para não fugir ao tema, é o que posso adiantar.

A exploração mineira é um tema polémico, é um tema que tem de ser debatido e que tem de ter o envolvimento das pessoas e das populações. Vamos fazê-lo na próxima Sessão de Assembleia Municipal até com um relatório sobre o ponto de situação, com a participação das Juntas de Freguesia e das pessoas dos territórios alvo desta prospeção.

Em relação à questão levantada pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, julgo que esteve pouco atento àquilo que foi dito e explicado sobre o REOT. Volto a dizer que é um relatório, não é um Plano Estratégico.

Existe alguma contradição nas suas afirmações, uma vez refere que os planos pararam desde que fui eleita, o que não me parece que seja verdade. Aliás, tenho a certeza que não é verdade, até porque ainda há pouco falou na questão da Nossa Senhora do Amparo, sendo um projeto que existia no anterior Executivo e que foi executado e concluído por este Executivo. Portanto, não ficou parado, não ficou na gaveta.

Tudo aquilo que está a dizer é uma injustiça e é contrário àquilo que o colega de Bancada *Paulo Afonso* disse relativamente aos políticos, à política e à forma como é encarada a missão da estratégica política e não unicamente e exclusivamente de interesses partidários.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor e 4 abstenções, aprovar o Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A minha declaração de voto vem na sequência daquilo que foi discutido aqui em relação ao Relatório.

É um Relatório que, de certa forma, diz e demonstra aquilo que é a realidade do nosso concelho, do nosso distrito e da nossa Região, ou seja, não precisávamos deste Relatório para termos conhecimento daquilo que se passa na nossa região.

Realçar que isto tem culpados políticos e temos que lhes por nomes. Sabemos quem tem governado este País desde o 25 de Abril e o que se tem feito acerca de políticas públicas que são feitas no nosso distrito e na nossa região. Obviamente que o PSD tem muitas responsabilidades, o PS muitas responsabilidades e o CDS/PP também tem, porque está juntamente com eles.

Aquilo que é grave, é estarmos aqui a fazer uma discussão de um Relatório, que sabemos perfeitamente qual é o resultado dele, porque não é preciso, como se diz na gíria popular, ir a uma Universidade para saber o que se passa na nossa região e quais são as políticas interventivas dos Governos Centrais, porque podemos aqui chamar à atenção e salvaguardar os interesses daquilo que são políticas de intervenção das Autarquias, mas sabemos qual é o intuito e a diretiva nacional. Essa diretiva nacional é feita por Partidos e por pessoas que têm de coração política PSD, PS e CDS/PP. Isto é importante realçar. Não vamos falar aqui e atirar culpas para os que não são.

Há algumas Assembleias atrás discutimos aqui o que foi e o que é a transferência de competências e os Senhores continuam a votar de acordo com aquilo que são os interesses daqueles que penalizam mais o interior, ou seja, atirar para a responsabilidade das Autarquias aquilo que é responsabilidade do Estado. Depois vocês vêm pedir contas às Autarquias quando as Autarquias vão assumir responsabilidades, com a vossa votação a favor, sem o respetivo envelope financeiro que faça com que as políticas de intervenção ao serviço das populações sejam defendidas.

Aqui o mais importante, volto a referir, é que sem a Regionalização não vamos a lado nenhum. Podemos estar aqui a falar sobre isto durante muito tempo e não resolvemos nada.

Ser Regionalização!

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A minha declaração de voto é muito simples.

A minha abstenção é porque a tal discriminação positiva em relação ao interior nunca será assumida senão houver Regionalização. Esse é o meu pensamento.

Os Partidos, e disto, o meu Partido, o PS, o CDS/PP e até a “geringonça”, que tem responsabilidades, ele também tem responsabilidades, estão metidos nisto e “atolados até aos cabelos”, também, por causa dessa “geringonça”.

2.2 - Proposta de Transferência de Competências para o Ano de 2019 – Lei n.º 50/2018, 16 de agosto “Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária”.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18 de julho de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal a não-aceitação da Transferência das Competências previstas no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, em relação ao ano de 2019 e, posteriormente, comunique à Direção-Geral das Autarquias Locais até 28 de julho de 2019, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estive a ler o documento, há que ter em conta as praias fluviais, há no próprio Decreto-Lei uma situação que certamente virá aqui à Assembleia Municipal e eu vou votar a favor desse mesmo documento, para praias fluviais e zonas turísticas fluviais, aí votarei a favor, porque é um rio, uma fronteira de rio, é Mirandela, porque se não fosse o rio não havia Mirandela.

----- A Senhora Vice-Presidente *VERA PRETO* em substituição da Senhora Presidente por se encontrar ausente de momento, disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu penso que esta intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, é uma intervenção que não tem resposta, só quero agradecer a lembrança de que, quer as praias fluviais, quer toda a zona próxima do nosso rio Tua merece ser desenvolvida e merece ser discutida.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a não-aceitação da Transferência das Competências previstas no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, em relação ao ano de 2019 e, posteriormente, comunique à Direção-Geral das Autarquias Locais até 28 de julho de 2019.

2.3 - Proposta de Aprovação da Minuta dos Contratos Interadministrativos de Abastecimento Público de Água com as Freguesias.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18 de julho de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela, a Minuta do Contrato Interadministrativo a celebrar com as quatro Uniãos de Freguesia (União de Freguesias de Avantos e Romeu (Sistema do Romeu, Vimieiro e Vale do Couço), União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira (Sistema do Navalho), União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa (Sistema de Barcel e Longra), União de Freguesias de Franco e Vila Boa (Sistema do Franco)), e cujo objeto versa sobre os sistemas públicos de abastecimento de água, conferindo poderes à Senhora Presidente de Câmara para a sua assinatura, tudo isto em respeito pelo previsto na alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º, alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º, n.º 2 do artigo 117.º, n.º 1 do artigo 120.º e artigo 131.º, todos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“No Portugal de Abril, coube ao Poder Local Democrático a importante tarefa de dotar o país de redes de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos.

Tal como noutros domínios, na água, no saneamento, nos resíduos, a melhoria da qualidade de vida das populações e a valorização ambiental dos territórios, foram objetivos, no fundamental, alcançados pelas populações, através das suas autarquias locais, num processo que rapidamente nos tirou do nível zero, para patamares de satisfação das necessidades para o mais alto nível internacional.

De forma planeada e premeditada, sucessivos Governos têm vindo a desenvolver um caminho de privatização no setor das águas, saneamento e resíduos, bem descritos nos documentos estratégicos assumidos no tempo do Governo Sócrates (PS) para estes setores: o PEAASAR II - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais e o PERSUR II - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos. Assim, desta forma, transformando o setor num negócio, através da entrada em força dos privados, procurando criar condições para a privatização, ainda que escondendo os seus reais objetivos, dizendo entre outras coisas que concessionar ou subconcessionar, não é privatizar, porque a propriedade se mantém na esfera pública.

[Handwritten initials and marks]

Verificando-se os números apresentados no último relatório da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos sobre o setor, percebe-se melhor o que está em causa: um volume de negócios de 1,087 milhões de euros no abastecimento de água e de 721 milhões de euros nas águas residuais, ou visto na perspetiva dos rendimentos e ganhos totais, 1,233 milhões de euros no abastecimento de água e 867 milhões de euros, nas águas residuais, no total de 2 mil milhões de euros anuais. Outro dado importante é o facto de o investimento acumulado até 2015 ser de 13,2 mil milhões de euros. É altamente relevante o que está em causa em termos de fluxos financeiros, quer seja os diretos relacionados com os rendimentos totais, quer seja os que são permitidos pelos investimentos realizados em infraestruturas e prestação de serviços. Como é evidente, trata-se de um setor apetecível para o grande capital que espreita as oportunidades de acumulação e centralização, como aconteceu com o setor dos resíduos, objeto de privatização dos sistemas multimunicipais.

Trata-se de um setor extremamente importante, pelo que representa enquanto contributo para a satisfação de necessidades básicas das populações, constituindo uma das principais atribuições de competências dos Municípios, ao mesmo tempo que pelos movimentos financeiros que envolve se transforma no alvo dos interesses do grande capital.

No início da década de 1990, na sequência de várias alterações legislativas, foram criados os sistemas multimunicipais em alta, tendo o Governo retirado competências aos Municípios, constituindo para intervir no setor o grupo AdP – Águas de Portugal.

Esta segmentação entre alta e baixa, tinha como objetivo inicial a criação e a preparação para uma posterior privatização, como já se referiu no setor dos resíduos.

As fusões de empresas e sistemas que foi imposta pelo anterior Governo PSD/CDS, está agora a ser alvo de um processo de reversão parcial, que não tem em conta, nem o aspeto do modelo de gestão, nem na configuração territorial a real vontade dos Municípios. Apresentando possibilidades de melhores condições da defesa dos interesses das autarquias locais e das populações que representam, fica aquém do que seria necessário para o setor. Afunilar os sistemas em alta, apenas em modelos de sistemas multimunicipais, sem abrir a possibilidade de transformação em parcerias públicas, ou mesmo em sistemas intermunicipais, não contribui para resolver os verdadeiros problemas do setor, nem para valorizar e afirmar o papel que o Poder Local tem. É aliás contraditório com o que se diz sobre a descentralização de competências que o atual Governo anunciou, confirmando também aqui a intenção real é alijar responsabilidades de execução e não transferir efetivo poder de decisão, devolver aos Municípios competências que lhes foram retiradas nesta área, devia ser um dos pilares principais de qualquer processo de descentralização e de reforço do Poder Local.

Por outro lado, este Governo recusa-se a rever formas de gestão e de exploração dos sistemas que não deviam existir em sistemas públicos, como o caso da garantia de remuneração de capitais próprios, ou o caso da existência de exagerados “fees” de gestão.

A propósito destes aspetos, veja-se o que se passou com a rejeição na Assembleia da República (com os votos do PS, PSD e CDS) do Projeto de Resolução n.º 493/XIII/2 do PCP (Melhorar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos). Que apontava para que se pusesse fim a estes aspetos, bem como recomendava a revisão do estatuto da ERSAR, confinando esta entidade a um papel de acompanhamento e de apoio aos Municípios enquanto entidades gestoras.

Veja-se também o destino da iniciativa legislativa do Projeto de Lei n.º 358/XIII/2 do PCP que defende a gestão pública da água e que impedia a privatização e que também foi rejeitada pelos votos do PS, PSD e CDS.

É fundamental para este setor e para a defesa da gestão pública das águas, que continue a luta e o empenho para separar as águas, rompendo com o passado.

A defesa da gestão e da acessibilidade económica dos consumidores, são três aspetos que são indissociáveis e que devem balizar a política a adotar, interligada também com a preocupação legítima de garantir a sustentabilidade nas diversas vertentes, ambiental, social, económica e política.

Sabemos que o tempo, tal como a água que flui nos rios, não corre para trás. É por isso urgente e tendo como preocupação principal assegurada o direito à água, romper com o passado da política direita:

Tal como em 29 de junho de 2018, a CDU submeteu a esta Assembleia Municipal uma Moção “Água um bem público inalterável”, cujos pontos:

- Devolvendo a competência aos Municípios nos sistemas em alta;
- Assegurando os indispensáveis recursos financeiros com regras claras e sem discriminações;
- Recusando intromissões na definição da política tarifária;
- Garantindo a sustentabilidade dos sistemas em baixa, na perspetiva da sua gestão pública e da garantia da acessibilidade física e económica dos utilizadores.

E esta Assembleia rejeitou com os votos do PS, PSD e CDS.

A mobilização dos eleitos, de trabalhadores e das populações é fundamental para se atingir este objetivo.”

Hoje estamos perante este Protocolo, que diz aquilo que já existia desde 2015 e que a Lei obrigava a que as Freguesias que eram abrangidas pela rede pública, são obrigadas agora a entregar essa rede pública à Câmara Municipal e agora vamos celebrar um Protocolo que justifica exatamente a continuidade da rede pública se manter nestas Freguesias.

O que está aqui em causa não é este Protocolo, o que está em causa aqui é o princípio deste Protocolo e se os Senhores Membros desta Assembleia lerem o Protocolo, ficam a saber que aquilo que está aqui em causa, e é importante que saibam, é que no ponto 3 diz assim: “O Município pode transferir o cumprimento das obrigações previstas no número anterior, para uma empresa municipal ou intermunicipal, caso estas sejam constituídas, ou se constituam, como responsáveis pelo serviço de abastecimento de água para o consumo humano.” E como os Senhores devem saber, é que esta Câmara Municipal de Mirandela juntamente com as outras do nosso distrito, assinaram um Programa com a CIM-TTM em que, o capital social que pertencia à Câmara Municipal da parte da sociedade com a Resíduos do Nordeste, agora a Resíduos do Nordeste pode perfeitamente fazer a gestão da água e isso implicaria e vai implicar um aumento do preço da água para todos os consumidores.

Deixo aqui um repto aos Senhores Presidentes de Junta, será que informaram os vossos fregueses de que o preço da água vai aumentar.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Primeiro queria ouvir os colegas das Freguesias que estão aqui em causa, fazia todo o sentido os Presidentes de Junta falarem primeiro que nós, porque eles são a parte interessada de todo este processo e daí eu vou colocar aqui algumas questões, vou possivelmente cair no erro de dizer algumas asneiras, mas estou cá para aprender alguma coisa também sobre isto.

Sempre soube que a Câmara Municipal não geria o abastecimento de água nestas Freguesias, ou seja, o sistema é das Freguesias, por imposição da Lei, penso que em 2015, isto teria de ser transferido automaticamente para o Município, algo que não se verificou. A minha dúvida está um pouco nisto, é perceber como é que eu vou fazer um Contrato Interadministrativo para transferir algo para as Freguesias que já é das Freguesias, esta é a minha grande dúvida.

Fiz uma pequena sondagem atrás e percebi que há um Protocolo em vigor dos anteriores Executivos, gostaria de saber que tipo de Protocolo é este e se foi ou se não foi revogado.

Também gostava de tentar perceber como é que eu posso pegar naquilo que é atualmente da Junta e voltar a transferir para a Junta de Freguesia, quando a Junta de Freguesia, pelos vistos, não transferiu isto para a Câmara Municipal, gostaria de perceber isto, são duas questões.

A outra questão, tem a ver com a autonomia financeira que a Junta de Freguesia tem, a Junta tem capacidade para definir as taxas, definir serviços, tem essa capacidade toda, o ponto 3 vem dizer que: “Compete à Câmara elaborar a proposta de tarifário e remetê-la acompanhada da respetiva fundamentação económico-financeira.”, então a Câmara é que vai dizer agora à Junta qual é o valor que vai cobrar pela água? Não percebi nada disto, confesso.

Por isso eu gostava de ouvir os meus colegas, porque são partes interessadas, dei-me ao trabalho de consultar na internet sobre a discussão pública nas aldeias que estão a ser afetadas sobre isto, não vi editais, não sei se nas últimas Assembleias de Freguesia, nomeadamente na de junho, isto foi discutido nas localidades, porque não vi também qualquer tipo de informação. Eu acho que era pertinente perceber se as populações foram, ou não foram ouvidas sobre este processo, porque estamos aqui a assumir uma deliberação sobre algo que eu tenho a certeza que nenhum Presidente de Junta está mandatado para o fazer aqui. Eu gostava de ouvir estes esclarecimentos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu antes de entrar no âmbito do documento que aqui estamos a avaliar, gostava de fazer uma introdução sobre a importância da água, como um bem inestimável, introduzia aqui a alteração que a rede em alta proveniente da captação no Azibo e nas Aguietas provocou à rede em baixa, as consequências financeiras, a dívida assumida, as perdas de água que são inevitáveis, não existem sistemas de distribuição de água totalmente estanques, nem sistemas de medição de caudais 100% exatos, pelo que a ocorrência de perdas de água é inevitável. No entanto, perdas elevadas têm consequências económicas e ambientais muito negativas.

Estou-me a lembrar por exemplo na gestão da água em Mirandela, onde eu vejo casos de perdas de água durante semanas, as perdas de água constituem uma das principais fontes de ineficiência das entidades gestoras de abastecimento de água.

As perdas nos sistemas de abastecimento de água, no município de Mirandela têm vindo a diminuir nos últimos anos, desde 50% no ano 2011, 43% no ano 2012 e 41% em 2013, valor bastante significativo comparado com a meta do PEAASAR de 15% (até 2020), constituindo um enorme pressão sobre os recursos hídricos.

O controlo de qualidade é feito num sistema gerido pelo Município, sobre o tema que nos traz aqui, nos quatro aglomerados, eu, tal como o Senhor Deputado *António Martins*, também gostaria de ouvir os mais visados, para poder introduzir mais alguma coisa, mas lembro aqui por exemplo, que outros interessados, noutros aglomerados gostariam de estar ligados ao sistema em alta e não estão, por exemplo, Cedães, Cedáinhos e Vale de Asnes.

Eu li aqui que o Contrato tem um objeto de definição de práticas por parte da Freguesia, determinados atos da competência do Município, em áreas em que de tal resulte manifesto benefício para o interesse comum, sem dúvida, eu apoio isso.

Tem em vista a maior celeridade na concretização das ações, pela economia de meios financeiros e aqui eu queria interrogar o seguinte, eu gostaria de ouvir os interessados das Freguesias, para saber se realmente todos eles pagam a água, porque me consta que há Freguesias que não pagam.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu acho muita piada a pessoas e sem estar a criticar diretamente ninguém, acho muita piada a pessoas que vêm para aqui defender a regionalização, defender os desprotegidos, defender isto, defender aquilo, é só conversa.

Quando surge uma oportunidade das pessoas de facto porem em prática a regionalização, ou a defesa das pessoas, isso já não pode ser, tem de ser igual para todos.

Eu estou na Junta de Freguesia, no final deste mandato e falando em União de Freguesias também, faz 28 anos no final deste mandato, desde o primeiro dia em que estou na Junta de Freguesia do Franco, se discutia e desde aí até hoje, andamos há 28 anos a discutir, que a água teria de ser entregue à Câmara Municipal.

Eu vou repetir os discursos, porque estou a ser porta-voz e se algum dos colegas interessados quiser, está no seu direito, desde há 28 anos, eu gostava que alguém me dissesse aqui, se tiver conhecimento, de haver uma única Junta de Freguesia, que tenha entregue a exploração da água, ou a rede de águas à Câmara Municipal, fosse em que Executivo fosse, por obrigação da Câmara Municipal.

Não há uma Junta de Freguesia, de todas as que tinham a rede de águas, que tenha entregue a rede de águas por imposição da Câmara Municipal, todas as Juntas de Freguesia o fizeram voluntariamente, as que o fizeram. Eu por acaso tive muitas vezes em Executivos da “minha cor”, muitas vezes foram-me colocados papéis à frente para eu assinar, para passar a água para a Câmara Municipal e eu na altura disse que só assinava aquilo que queria e não aquilo que me obrigavam a assinar, assumindo assim a responsabilidade. Mas a minha palavra de há 28 anos para cá, até hoje foi sempre a mesma, irá continuar a ser sempre a mesma, traga as consequências que trouxer.

Eu nunca fiz promessas na minha Freguesia, nunca, com a exceção de uma, foi que enquanto eu fosse Presidente da Junta de Freguesia do Franco a água nunca seria entregue à Câmara Municipal e posso garantir aqui a esta Assembleia, que eu vou cumprir a minha promessa, vou cumprir a minha promessa.

Eu entrei em eleições há dois anos atrás e fiz a promessa, se a Câmara tem responsabilidades, se o Governo tem responsabilidades e se preocupam muito em cumprir as promessas que fazem, eu também sinto essa obrigação, fiz essa promessa e espero vir a cumpri-la.

Depois, nunca vi a Câmara, eu não estou a falar deste Executivo, nunca vi a Câmara Municipal preocupada se o Franco tinha água ou não tinha água, eu posso dizer a esta Assembleia Municipal, isso é facilmente comprovável, que eu quando fui para a Junta de Freguesia, a partir do mês de maio, metade da aldeia não tinha água e a partir do momento que eu fui para a Junta de Freguesia, com algum esforço e passado algum tempo, hoje e a partir dessa data o Franco passou a ter água todo o ano, mas quando não tínhamos água e apelávamos à Câmara Municipal, a Câmara pouco se importava se tínhamos ou não tínhamos água, andávamos nós com carretas com bidons lá em cima a ir à procura de água, para satisfazer as necessidades da aldeia e a Junta de Freguesia do Franco resolveu esse problema e hoje o Franco tem água para toda a gente.

Vem aqui falar de Contrato, se vai ser assim ou se vai ser assado, eu não preciso de Contrato nenhum, eu só preciso de Contrato Interadministrativo, porque a Lei me obriga, porque são os tais defensores da regionalização e de outras coisas mais, que depois fazem as leis que vão contra as populações. É evidente que eu quero assinar o Contrato Interadministrativo, porque a Lei me obriga a assiná-lo e a Câmara Municipal tem a competência para fazer essa delegação, eu aceito essa delegação, enquanto Presidente da Junta posso também dizer, eu tiraria um grande peso das costas em termos pessoais, se a água fosse entregue à Câmara Municipal, mas concordo com este Contrato e quero assiná-lo, porque eu quero manter e manterei até ao fim.

A Câmara Municipal vai agora fixar o preço da água, não, não vai, é o que diz no Contrato, não quer dizer que a Câmara tenha de o fazer. Eu defendo este Contrato, espero que seja aprovado e vamos assiná-lo.

O Senhor Deputado *António Martins* perguntou se alguma Junta estava habilitada a assinar este Contrato, eu posso-lhe garantir, já lhe disse ali fora, que eu na Assembleia de Freguesia de junho foi precavida esta situação, não venha dizer e fale daquilo que souber, na Assembleia de junho no Franco foi dada autorização à Junta de Freguesia para assinar este Contrato, pode ter a certeza.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a esta “proposta de aprovação da minuta dos Contratos Interadministrativos de abastecimento público de água com as Freguesias”, eu aqui tenho diversas dúvidas e que ainda não estou esclarecido das mesmas.

Na próxima Assembleia Municipal eu vou trazer um documento devidamente redigido, em relação à sua capacidade jurídica de o mesmo poder ter algumas irregularidades. Para mim há aqui já uma irregularidade no mesmo, é em relação à Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 234.º, não é preciso ser Jurista, é preciso consultar a Constituição da República Portuguesa, que para o Órgão Deliberativo e para aquilo que pode deliberar esse Órgão, conjuntamente com o Órgão Executivo, essas situações a mim aqui fazem-me um pouco de confusão e é essa confusão que eu quero tirar definitivamente na próxima Assembleia Municipal.

Eu não sou contra o Contrato, mas há aqui situações muito dúbias, que precisam de ser esclarecidas, não é um documento de fácil leitura, eu estive a ler este documento diversas vezes e não o considerei fácil, há aqui muita ambiguidade jurídica e nessa situação, eu na próxima Assembleia Municipal trarei um documento taxativo em relação à sua legalidade jurídica.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu venho aqui fazer esta intervenção, porque no passado fiz outras relativamente a este assunto da água, e achava eu e acho, das intervenções que fiz no passado, que era uma injustiça algumas Freguesias poderem usufruir desta “benesse” perante as outras e obviamente que havia argumentos e há argumentos para algumas Juntas de Freguesia ainda terem a gestão da água, mas achava eu que as taxas que decorrem em apenso ao recibo da água, essas Freguesias ficavam desoneradas das mesmas e como tal, o princípio da igualdade não se observava, se essa situação for acautelada, porque as Freguesias que têm gestão de água própria e que cobram a água e que eventualmente têm as despesas decorrentes das avarias, das bombas, das reparações, que cobrem a água e que usufruem da receita da água, o que não me parece é correto, não sei se isso ainda se mantém, é que sejam desonerados do pagamento de outras taxas de resíduos sólidos e das outras que correm em apenso, em detrimento das outras Freguesias.

Se somos todos cidadãos, se somos todos munícipes do concelho de Mirandela, todos temos de ter para as mesmas coisas, os mesmos direitos e os mesmos deveres. Obviamente que eu sou favorável e vou votar favoravelmente a celebração deste Contrato Interadministrativo de concessão da água às Juntas de Freguesia, que a Lei assim o determina e se é vontade das Juntas de Freguesia manterem essa gestão e se prestam um bom serviço, pois que a mantenham. Relativamente às taxas era essa a minha observação.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostava de fazer duas questões diretas, a Câmara recebe 2015, 2016, 2017, 2018 e agora inclusivamente 2019, algum valor de pagamento da taxa da água? Ou são as Juntas de Freguesia que recebem a taxa?

Por aquilo que eu percebo o artigo 78.º, diz que: “Até à regularização prevista no número anterior, as entidades titulares devem inventariar e comunicar anualmente à Entidade Reguladora as situações inexistentes nos respetivos territórios, devendo as Juntas de Freguesia e as associações de utilizadores, aplicar aos utilizadores finais tarifários idênticos aos aprovados para o Município respetivo”, a minha questão volta a ser esta, a água por aquilo que eu sei, é a Junta de Freguesia que recebe ou não recebe o dinheiro? Porque há casos por aquilo que se sabe, não pagam e nós voltamos a ter aqui um Contrato, em que por imposição da Lei e isto já devia ter vindo para a Câmara Municipal em 2015, houve aqui um período de cinco anos para poderem regularizar a situação e nós agora vamos transferir para as Juntas aquilo que já é das Juntas.

Eu não posso concordar com aquilo que o Senhor Deputado *Paulo Pontes* disse, porque a Câmara Municipal vai-lhe impor um preço que é o que a Lei determina, não vale a pena estarmos aqui a querer enganar ninguém, a Junta de Freguesia neste momento pode levar 1 euro por 1m³ de água, mas não o devia fazer, porque a própria Lei já determina que tem de aplicar tarifas idênticas às do Município.

Não vale a pena estarmos aqui com ilusões e eu vou fazer o seguinte, porque eu andei a consultar durante 15 dias, não vi nenhum documento público nessas Freguesias a dizer que isso foi discutido, as populações não o sabem e a nossa obrigação é dar-lhes esta informação. A Câmara Municipal tinha 5 anos para resolver esta questão e eu quero saber se em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, se a Câmara Municipal recebeu 1 cêntimo pela água, ou se eram as Juntas de Freguesia?

E quero saber se as populações e aí peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso das suas competências, que nos possa fazer chegar em setembro as atas das reuniões das Assembleias de Freguesia do mês de junho, onde este assunto foi discutido, para sabermos quais foram as intenções das populações e o que foi lá discutido, porque neste momento, eu não voto favoravelmente o Contrato, porque não posso aceitar que seja transferido para a Junta algo que ainda continua a ser da Junta, porque a Câmara Municipal não acionou o mecanismo que estava previsto na Lei.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que eu estava a dizer e que vem a confirmar aquilo que disse há pouco é que há muita contradição e muita ambiguidade em termos da leitura da Lei.

Esta é a minha proposta, modesta, mas é a minha proposta: seria benéfico que este ponto fosse outra vez agendado para uma futura Sessão em setembro e esperávamos, não é por mais um mês ou dois meses que a situação não se resolve, para podermos plasmar isto sem qualquer tipo de subjetividade e dizer que esta Assembleia está a fazer um trabalho devidamente bem organizado com uma metodologia correta em termos de estratégia para o Município.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *António Figueiredo* isso é mesmo uma proposta que quer apresentar à Assembleia?

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Toda a gente lê muito bem os protocolos e gosta de colocar as perguntas ao contrário.

Se a Câmara recebeu alguma coisa da cobrança da água? Não, nunca recebeu. Nem esta, nem todas as outras, nunca receberam.

Se isto é para passar uma coisa para a Junta que sempre foi da Junta? É.

As pessoas querem analisar as coisas pela base.

Também diz aqui na Minuta de Contrato Interadministrativo que “se houver manifestas dificuldades”, algo assim, podem verificar, está lá, portanto, não estamos a passar nada para a Câmara.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos que ser sérios. Quem está a passar isto para a Câmara é a Lei.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu sei, mas quanto à Lei, também existem os Tribunais para ser combatida ou não? A Lei já passou em 2015.

Está agora o Senhor Deputado *António Martins* a dar indicações ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para eu trazer as Atas da Assembleia de Freguesia? O que é que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem a ver com as minhas Atas de Freguesia? Quem tem a ver com as minha Atas de Assembleia é a Assembleia, o meu Presidente e os membros.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Atenção ao diálogo entre as partes.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pode-me pedir as Atas todas que eu envio-as. Não tenho problema nenhum em enviar as Atas.

Afinal sou penalizado ou querem tentar mostrar essa ideia de que sou penalizado por querer defender os interesses da minha Freguesia.

Desafio qualquer membro desta Assembleia, deste Executivo, a ir ao Franco e às outras aldeias todas fazer um inquérito, um pedido, dizer se concordam ou não concordam que a água continue a ser explorada pela Junta de Freguesia.

Isto vai ficar em Ata.

Se houver uma pessoa na minha Freguesia que diga que a exploração da água deverá vir para a Câmara Municipal, assumo aqui que não assino mais nem protocolos e passo a água para a Câmara Municipal e não me interessa mais com a questão da água.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fico estupefacto com a tanta falta de atenção na leitura dos documentos. Interrogo-me o que é que os Senhores Presidentes de Junta, aqui taxados e informados, estão a fazer? Não percebo.

Senhor Presidente de Junta do Franco, não é o facto de você e os seus fregueses pagarem a água a si e não pagarem à Câmara. Não é essa a questão. A questão é que a Lei é de 2015, sabemos quem governava o País em 2015 e sabemos o que é a ERSAR. Ou o Senhor não percebeu ou os outros Senhores Presidentes de Junta, com quem esta Minuta de Contrato se vai fazer, é que a intenção disto é que os Senhores não vão ter capacidade técnica nem financeira para continuarem a ter a água sob o vosso domínio. Os Senhores ainda não perceberam isto? Quer vocês queiram ou não isto vai ter de passar para a Câmara, porque vocês não vão ter capacidade de manter a água sob o vosso domínio com os requisitos que lhes é aqui imposto.

A seguir, meus Senhores, isto vai para a Resíduos do Nordeste. Portanto, não vale a pena andar aqui a discutir o que quer que seja.

Se quiserem entender isto entendam, se não quiserem não entendam.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não vamos entrar em discussão entre as partes.

As questões são apresentadas à Mesa e eventualmente as perguntas ao Executivo.

Antes de avançar com a proposta do Senhor Deputado *António Figueiredo* gostaria e pedia que reconsiderasse e ouvisse o que é que o Executivo tem a dizer para clarificação do assunto. Estamos aqui a debater entre as partes e dá-me a sensação de que ainda não há um entendimento profundo sobre o tema.

Vamos pedir à Senhora Presidente que clarifique e depois disso ainda teremos tempo para o debate e naturalmente algumas respostas.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estão-me aqui a falar da Lei de 2015. Com certeza que desde 2015, em que era Presidente de Junta e continuo a ser, até hoje devo andar ilegal, mas não. Digo-lhes que estou inscrito na ERSAR, fazemos parte, sempre mandei o PCQA - Programa de Controlo de Qualidade da Água para a ERSAR e sempre enviei as análises, as mesmas estão públicas na Freguesia.

No ano passado a ERSAR, porque se calhar via que não havia forma de passar isto da forma como querem, então temos que obedecer. Não, podemos obedecer ou devemos sempre obedecer, mas tenho direito ao meu protesto. Não é isso que me vai fazer mudar de opiniões.

Portanto, não ando desde 2015 até agora ilegal. Estava inscrito no ERSAR e sempre cumpro com todas as normas. Tenho um Engenheiro avençado, que sou obrigado, para observar a qualidade da água.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Explicar e tentar simplificar tudo aquilo que foi aqui discutido e tudo o que está no âmbito desta proposta de aprovação da Minuta dos Contratos Interadministrativos de Abastecimento Público de Água com as Freguesias.

A ERSAR, que é a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, enviou a Minuta destes Contratos Interadministrativos. Existem três atores: A ERSAR como Entidade Reguladora, o Município de Mirandela e quatro Uniões de Freguesia - União de União de Freguesias de Avantos e Romeu, União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, União de Freguesias de Franco e Vila Boa.

Acontece que por força da Lei, decorre por imposição legal que a transferência das infraestruturas geridas pelas Juntas de Freguesia para os respetivos Municípios ou, em caso de impossibilidade, a manutenção da prestação de abastecimento de águas nas Freguesias terá que se efetivar através da celebração de Contratos Interadministrativos, nos termos da Lei. Portanto, não é ilegal e não é irregular.

A Câmara Municipal concorda que até ao ano de 2022, a proposta foi 2022, porque é depois do Mandato, que as infraestruturas e a gestão da água permaneça nestas quatro Uniões de Freguesia, ou seja, decorre da Lei a assinatura destes Contratos e o Executivo só pode fazer estes Contratos se for aprovado aqui na Assembleia Municipal.

Existe uma concordância. As Uniões de Freguesia concordam na manutenção da competência e a Câmara Municipal está disponível que as Juntas de Freguesia mantenham a gestão da água. É obrigação de Lei ser presente a Assembleia Municipal e estamos aqui para votar este ponto.

Parece-me que existe aqui uma concordância entre os Senhores Presidentes de Junta, Executivos e as populações e o Executivo da Câmara Municipal. Estão reunidas as condições para que, com base nestes Contratos Interadministrativos legalmente enviados pela Entidade Reguladora, sejam efetivados após a aprovação nesta Assembleia Municipal.

Até aqui, foram geridas pelas Juntas de Freguesia, com base nas regras de controlo de qualidade e na fixação das taxas que estão previstas na Lei. Nenhuma Junta de Freguesia está, de forma alguma, irregular na gestão da água. Acontece que a Câmara Municipal achou por bem manter esta competência no âmbito das Juntas de Freguesia até 2022.

De qualquer forma, em relação ao saneamento e resíduos é previsível que, por justiça, como falou o Senhor Deputado *Rui Sá*, a partir de 1 de janeiro de 2020, se mantenha o alargamento destas taxas a todo o concelho, inclusivamente a estas quatro Uniãoes de Freguesia. É um processo que está a ser trabalhado com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e vai ser implementado e executado de acordo com todos.

Existem todas as condições para votarmos hoje este ponto, porque há uma concordância efetiva dos Senhores Presidentes de Junta que estão presentes nesta Assembleia Municipal, existe a concordância do Executivo e estamos a cumprir as normas e a Lei emanadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Penso que o que aqui está em causa é muito claro... e para a devida análise teremos que nos abster um pouco das nossas opiniões pessoais e os Senhores Presidentes de Junta dessa sua função. O que é necessário é analisarmos aquilo que foi proposto à Assembleia Municipal, como Deputados, dar a possibilidade às partes para arrancarem com este processo. É isso que está em cima da mesa e é isso que devemos votar.

Inclusivamente a proposta apresentada e que não quero de forma alguma ignorar do Senhor Deputado *António Figueiredo*, possivelmente deixará de ter cabimento. Não sei se me permite..., retira-se então? Muito bem, proposta retirada.

Vamos então votar o ponto porque o resto será decidido entre as partes. Vamos dar o nosso aval (ou não) a que os envolvidos possam avançar com os Contratos.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor, 10 abstenções e 1 voto contra, aprovar a Minuta do Contrato Interadministrativo a celebrar com as quatro Uniãoes de Freguesia (União de Freguesias de Avantos e Romeu (Sistema do Romeu, Vimieiro e Vale do Couço), União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira (Sistema do Navalho), União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa (Sistema de Barcel e Longra), União de Freguesias de Franco e Vila Boa (Sistema do Franco)), e cujo objeto versa sobre os sistemas públicos de abastecimento de água, conferindo poderes à Senhora Presidente de Câmara para a sua assinatura, tudo isto em respeito pelo previsto na alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º, alínea *m*) do n.º 1 do artigo 33.º, n.º 2 do artigo 117.º, n.º 1 do artigo 120.º e artigo 131.º, todos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto: Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Apesar das palavras que a Senhora Presidente acabou de mencionar em relação à não irregularidade, faço aqui um parêntese. Irei verificar, com todo o procedimento judicial, se essa situação é regular ou irregular.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de terminar, dou nota de um convite da Presidência para a Inauguração da Requalificação da Área envolvente da Nossa Senhora do Amparo. O convite é dirigido à Assembleia Municipal. Penso que estará no espírito da Senhora Presidente convidar todos os elementos desta Assembleia, pelo que, quem tiver oportunidade deve marcar presença.

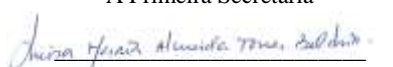
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 13 horas.

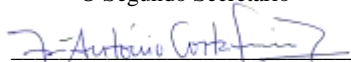
O Presidente da Assembleia Municipal


Luís Augusto de Meló Guimarães

A Primeira Secretária


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário


José António Costa Ferreira